



M U N I C Í P I O D E
CONSELHEIRO MAIRINCK
ESTADO DO PARANÁ
PAÇO MUNICIPAL JOSÉ DA SILVA "DEDI"
Praça Otacílio Ferreira, nº82 – Telefone: 043 3561-1221
CNPJ: 75.968.412/0001-19
E-mail: prefeitura@conselheiomairinck.pr.gov.br

EDITAL DE LICITAÇÃO RETIFICADO
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 49/2024
PROCESSO N.º 64/2024

1. PREÂMBULO:

1.1 O MUNICÍPIO DE CONSELHEIRO MAIRINCK – ESTADO DO PARANÁ, inscrito no CNPJ 75.968.412/0001-19, através do Departamento Municipal de Saúde, sediado na Rua Sete de Setembro, n.º 453 centro, nesta cidade de Conselheiro Mairinck - PR, por intermédio do Excelentíssimo Prefeito Municipal, ALEX SANDRO PEREIRA COSTA DOMINGUES, torna pública a realização de procedimento de licitação, na modalidade **PREGÃO de forma ELETRÔNICO**, sobre o Sistema de Registro de Preços, do tipo **MENOR PREÇO POR LOTE/UNITÁRIO (ITEM)**, objetivando a **aquisição de medicamentos tem por objetivo atender as demandas do Hospital e Maternidade Anita Canet e distribuição gratuita na Unidade Básica de Saúde Maria Helena Zarochinski**, em conformidade com as especificações no Termo de Referência (anexo I).

2. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Das 08:00 horas do dia 21 de agosto às 08:00 horas do dia 05 de setembro de 2024.

ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: Das 08:00h às 08:30 horas do dia 05 de setembro de 2024.

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 08:30 horas do dia 05 de setembro de 2024

REFERÊNCIA DE TEMPO: horário de Brasília (DF).

LOCAL: Portal: Bolsa de Licitações do Brasil – BLL www.bll.org.br

2.1 Os trabalhos serão conduzidos por funcionário do MUNICÍPIO DE CONSELHEIRO MAIRINCK – neste denominado Pregoeiro, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o aplicativo constante da página eletrônica da Bolsa de Licitações e Leilões (www.bll.org.br).

2.2 Em conformidade com a Lei Complementar 123/2006, de 14/12/2006, em seu artigo 48, inciso I, alterado pela Lei Complementar 147/2014, de 07/08/2014 e do art. 18º, inciso I, **ESTA LICITAÇÃO TERÁ UM TRATAMENTO DIFERENCIADO À PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESA, EMPRESA DE PEQUENO PORTE E MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL (ME/EPP/MEI)**, com prioridade de contratação para as empresas sediadas neste município ou na região do norte pioneiro do Paraná, cuja as ofertas finais apresentadas sejam iguais ou até 10% (dez por cento) superiores ao menor preço válido.

2.3 As microempresas e empresas de pequeno porte sediadas no local ou regional, gozam da prioridade de contratação, nos termos do § 3º do art. 48 da Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006, face ao benefício que se estabelece diante das peculiaridades locais, podendo ser pago até 10% (dez por cento) a mais do melhor preço



válido, desde que este valor seja compatível com a realidade do mercado, com vistas a promoção e o desenvolvimento econômico e social no âmbito municipal e regional.

3 - DO OBJETO

3.1 Constitui objeto desta licitação a aquisição de medicamentos tem por objetivo atender as demandas do Hospital e Maternidade Anita Canet e distribuição gratuita na Unidade Básica de Saúde Maria Helena Zarochinski, em conformidade com as especificações no Termo de Referência (anexo I).

3.2 A empresa de pequeno porte e microempresa que pretender se utilizar dos benefícios previstos nos artigos 42 a 45 da Lei Complementar n.º 123/2006 e 147/14, deverão comprovar o seu enquadramento em tal situação jurídica através da declaração firmada por contador ou certidão simplificada, expedida pela Junta Comercial, ambas com prazo de validade de até 120 (cento e vinte) dias a contar da data de emissão.

3.3 A participação em licitação expressamente reservada à Microempresa (ME), Empresa de Pequeno Porte (EPP), por licitante que não se enquadre na definição legal reservada a essas categorias, configura fraude ao certame, sujeito à aplicação das penalidades cabíveis.

3.4 Edital e seus Anexos poderão ser obtidos através da Internet pelos endereços eletrônicos: www.bl.gov.br e www.conselheiomairinck.pr.gov.br.

3.5 Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descrito no BLL e as especificações constantes deste Edital, prevalecerão as últimas.

3.6 As informações administrativas relativas a este Edital poderão ser obtidas junto ao Setor de Licitações pelo Tel.: (043) 3561-1221 / Ramal 204.

4 - DO REGULAMENTO OPERACIONAL DO CERTAME

4.1 O certame será conduzido pelo pregoeiro, que terá, em especial, as seguintes atribuições:

4.1.1 Receber, examinar e decidir as impugnações e os pedidos de esclarecimentos ao edital e aos seus anexos, além de poder requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração desses documentos;

4.1.2 Acompanhar os trabalhos da equipe de apoio;

4.1.3 Responder às questões formuladas pelos fornecedores, relativas ao certame;

4.1.4 Verificar a conformidade da proposta em relação aos requisitos estabelecidos no edital;

4.1.5 Analisar a aceitabilidade das propostas;

4.1.6 Desclassificar propostas indicando os motivos;

4.1.7 Coordenar a sessão pública e o envio de lances;

4.1.8 Verificar e julgar as condições de habilitação;



4.1.9 Sanear erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

4.1.10 Indicar o vencedor do certame;

4.1.11 Receber, examinar e decidir sobre a pertinência dos recursos;

4.1.12 Elaborar a ata da sessão;

4.1.13 Encaminhar o processo devidamente instruído, após encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, à autoridade superior para adjudicação e homologação.

5. DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO E MODO DE DISPUTA

5.1 O critério de julgamento será o de MENOR PREÇO POR LOTE/ITEM, observada às especificações técnicas constantes do Anexo I e demais condições definidas neste Edital.

5.2 Será utilizado o modo de disputa "ABERTO", em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

6. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

6.1 Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei Federal de Licitações e Contratos Administrativos, n.º 14.133, de 1º de Abril de 2021, devendo protocolar o pedido em até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

6.2 A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

6.3 A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, somente através da PLATAFORMA DA BLL, www.bll.org.br.

6.4 As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

6.5 A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

6.6 Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

7. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

7.1 Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente cadastrados no portal de licitações, sistema portal de licitações e leilões do Brasil - BLL, de acordo com a Licença de Uso de Software celebrado com o município.

7.2 Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento da plataforma BLL.



M U N I C Í P I O D E
CONSELHEIRO MAIRINCK

ESTADO DO PARANÁ
PAÇO MUNICIPAL JOSÉ DA SILVA "DEDI"
Praça Otacílio Ferreira, nº82 – Telefone: 043 3561-1221
CNPJ: 75.968.412/0001-19
E-mail: prefeitura@conselheiomairinck.dr.gov.br

7.3 O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

7.4 É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

7.5 A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

7.6 Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar n.º 123, de 2006.

7.7 NÃO PODERÃO DISPUTAR ESTA LICITAÇÃO:

7.7.1 Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

7.7.2 Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

7.7.3 Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

7.7.4 Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

7.7.5 Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

7.7.6 Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

7.7.7 Agente público do órgão ou entidade licitante;



7.7.8 Pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

7.7.9 Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

7.7.10 Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei Federal de Licitações, n.º 14.133, de 2021.

7.8 O impedimento de que trata o item 7.7.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

7.9 A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se refere o item 7.7.2 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

7.10 Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

7.11 O disposto nos itens 7.7.2 e 7.7.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

7.12 Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei Federal de Licitações n.º 14.133/2021.

7.13 A vedação de que trata o item 7.7.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica;

7.14 Para participar da licitação a proponente deverá se credenciar de forma direta à Bolsa de Licitações do Brasil - BLL, até no máximo uma hora antes do horário fixado no edital para o recebimento das propostas e posterior envio dos documentos de habilitação.

7.15 A participação no Pregão Eletrônico dar-se-á por meio de digitação da chave e senha, pessoal e intransferível do representante credenciado e subsequente envio da



M U N I C Í P I O D E
CONSELHEIRO MAIRINCK

ESTADO DO PARANÁ

PAÇO MUNICIPAL JOSÉ DA SILVA "DEDI"

Praça Otacílio Ferreira, nº82 – Telefone: 043 3561-1221

CNPJ: 75.968.412/0001-19

E-mail: prefeitura@conselheiomairinck.pr.gov.br

proposta, acompanhada dos documentos de habilitação, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observado data e horário limite estabelecidos.

7.15.1 OBS.: a informação dos dados para acesso deve ser feita na página inicial do site www.bll.org.br, opção "Acesso Identificado".

7.16 O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

7.17 A chave de identificação e a senha dos operadores poderão ser utilizadas em qualquer pregão eletrônico, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado, por iniciativa da Bolsa de Licitações do Brasil, devidamente justificada.

7.18 A licitante deverá manifestar, por meio de seu operador designado, em campo próprio do sistema, pleno conhecimento, aceitação e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital.

7.19 Qualquer dúvida em relação ao acesso no sistema operacional, poderá ser esclarecida pela Bolsa de Licitações do Brasil – BLL, através do Tel.: (41) 3097-4600 ou e-mail: contato@bll.org.br.

8. DO CREDENCIAMENTO NO APLICATIVO DE LICITAÇÕES

8.1 Para acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar do Pregão deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal (intransferível), obtidas junto à BLL – Bolsas de Licitações e Leilões, Tel.: (41) 3042-9909.

8.2 A chave de identificação e a senha terão validade de 01 (um) ano e poderão ser utilizadas em qualquer pregão eletrônico, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado ou por iniciativa da BLL - Bolsa de Licitações e Leilões ou pela Prefeitura do Município de Conselheiro Mairinck - PR, devidamente justificada.

8.3 É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante.

8.4 O credenciamento do fornecedor e de seu representante, junto ao Sistema Eletrônico, implica na responsabilidade legal pelos atos praticados e a capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

8.5 O cadastramento do licitante deverá ser requerido e acompanhado dos seguintes documentos:

8.5.1 Instrumento particular de mandato outorgando à operador devidamente credenciado junto à Bolsa, poderes específicos de sua representação no pregão, conforme modelo fornecido pela Bolsa de Licitações do Brasil;



M U N I C Í P I O D E
CONSELHEIRO MAIRINCK

ESTADO DO PARANÁ

PAÇO MUNICIPAL JOSÉ DA SILVA "DEDI"

Praça Otacílio Ferreira, nº82 – Telefone: 043 3561-1221

CNPJ: 75.968.412/0001-19

E-mail: prefeitura@conselheiomairinck.pr.gov.br

8.5.2 Declaração de seu pleno conhecimento, de aceitação e de atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital, conforme modelo fornecido pela Bolsa de Licitações do Brasil;

8.5.3 O custo de operacionalização e uso do sistema, ficará a cargo do Licitante vencedor do certame, que pagará a Bolsa de Licitações do Brasil, provedora do sistema eletrônico, o equivalente ao percentual estabelecido pela mesma sobre o valor contratual ajustado, a título de taxa pela utilização dos recursos de tecnologia da informação, em conformidade com o regulamento operacional da BLL – Bolsa de Licitações do Brasil;

8.5.4 A inserção de cadastro perante o sistema BLL pode demandar 24h para liberação.

9. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

9.1 Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, os documentos de habilitação exigidos no edital e proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para o fim do recebimento das propostas, quando, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

9.2 A partir do horário previsto no edital e no sistema terá início a sessão pública de pregão eletrônico com a divulgação das propostas de preços recebidas, passando o Pregoeiro a avaliar a aceitabilidade das mesmas.

9.3 A Licitante deverá se **CADASTRAR EM CAMPO PRÓPRIO DA PLATAFORMA BLL**, com sua proposta devidamente preenchida, contendo marca e modelo dos produtos cotados e preços, vedada a identificação do proponente no sistema, em qualquer hipótese, antes do término da fase competitiva do pregão, sob pena de desclassificação.

9.4 Os valores registrados na plataforma da BLL deverão considerar o valor para o ITEM, uma vez que as rodadas de lance serão realizadas nestes termos.

9.5 A proposta deverá ser elaborada considerando as condições estabelecidas neste edital e seu(s) anexo(s). Em se tratando de aquisição de produto, a não inserção da marca dos produtos neste campo implicará na desclassificação da Empresa, face à ausência de informação suficiente para classificação da proposta. Caso a proponente seja a fabricante do produto deverá constar no campo “marca” o termo “própria”, para evitar a identificação da empresa.

9.6 Ao cadastrar sua proposta na Plataforma BLL a licitante deverá informar a MARCA E MODELO (quando houver) DO PRODUTO COTADO.

9.7 Os itens que forem da marca da licitante deverá ser preenchida no campo MARCA com a expressão MARCA PRÓPRIA, PRÓPRIA ou expressão equivalente, para não possibilitar identificação conforme informado no item 9.3 deste edital.

9.8 Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.



M U N I C Í P I O D E
CONSELHEIRO MAIRINCK

ESTADO DO PARANÁ

PAÇO MUNICIPAL JOSÉ DA SILVA "DEDI"

Praça Otacílio Ferreira, nº82 – Telefone: 043 3561-1221

CNPJ: 75.968.412/0001-19

E-mail: prefeitura@conselheiomairinck.pr.gov.br

9.9 Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

9.10 Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

9.11 O envio da proposta ajustada, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos no item 12 deste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

9.12 As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC n.º 123, de 2006.

9.13 Os preços e os produtos/serviços propostos são de exclusiva responsabilidade da licitante, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

9.14 Ao oferecer sua proposta no sistema eletrônico, o licitante deverá observar rigorosamente a descrição dos itens e considerar as condições estabelecidas no Edital e seus anexos, descrevendo detalhadamente as características do objeto/serviço cotado, informando marca/fabricante (se for o caso) em campo próprio do sistema, preço unitário por item, com até quatro casas decimais após a vírgula.

9.15 A validade da proposta será de no mínimo 60 (sessenta) dias, contados a partir da data da sessão pública do Pregão.

9.16 Nos valores propostos deverão estar inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais, tributos, fretes e carretos, inclusive ICMS e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens ou da prestação de serviços, de forma que o objeto do certame não tenha ônus para o Município Conselheiro Mairinck - PR.

9.17 Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

9.18 A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.



9.19 Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

9.20 O licitante, quando do cadastramento da proposta inicial de preço, deverá verificar nos dados cadastrais se assinalou o regime ME/EPP no sistema, conforme o seu regime de tributação, para fazer valer o direito de prioridade do desempate previsto no art. 44 e 45 da Lei Complementar n.º 123/2006.

9.21 NA PROPOSTA AJUSTADA ESCRITA, DEVERÁ CONTER:

9.21.1 Especificação completa dos produtos oferecidos com informações técnicas que possibilitem a sua completa avaliação e indicação das marcas/modelos, totalmente conforme descrito no ANEXO I deste Edital;

9.21.2 O prazo de validade da proposta que não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias, contados da abertura das propostas virtuais;

9.21.3 Declaração expressa de que nos preços estão incluídos todos os custos diretos e indiretos, impostos, lucro empresarial, tributos incidentes, seguro, frete e outros necessários ao cumprimento integral do objeto deste edital e seus anexos.

9.21.4 Data e assinatura do Representante Legal da proponente.

9.21.5 O Envio da proposta ajustada dentro do prazo estipulado de 02 horas é obrigatório, sob pena de DESCLASSIFICAÇÃO DA LICITANTE.

10. DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

10.1 No dia 29 de agosto de 2024 às 08:30h, horário de Brasília - DF, a sessão pública na internet será aberta por comando do pregoeiro, com a divulgação das propostas eletrônicas recebidas e início da etapa de lances.

10.2 Será desclassificada a proposta (eletrônica) que identifique o licitante.

10.3 Será desclassificado o licitante que não tenha enviado a documentação para habilitação e a proposta até a data especificada neste edital.

10.4 A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

10.5 A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

10.6 O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

10.7 O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.



M U N I C Í P I O D E
CONSELHEIRO MAIRINCK

ESTADO DO PARANÁ
PAÇO MUNICIPAL JOSÉ DA SILVA "DEDI"
Praça Otacílio Ferreira, nº82 – Telefone: 043 3561-1221
CNPJ: 75.968.412/0001-19
E-mail: prefeitura@conselheiomairinck.pr.gov.br

10.8 Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

10.9 A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

10.10 Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

10.10.1 O LANCE DEVERÁ SER OFERTADO PELO VALOR UNITÁRIO DO LOTE/ITEM.

10.11 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

10.12 Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas.

10.13 O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

10.14 O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 0,01 (um centavo).

10.15 O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar na responsabilização e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobre preço na execução do contrato.

10.16 Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "ABERTO", em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos.

10.17 O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

10.18 A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.



M U N I C Í P I O D E
CONSELHEIRO MAIRINCK

ESTADO DO PARANÁ
PAÇO MUNICIPAL JOSÉ DA SILVA "DEDI"
Praça Otacílio Ferreira, nº82 – Telefone: 043 3561-1221
CNPJ: 75.968.412/0001-19
E-mail: prefeitura@conselheiomairinck.dr.gov.br

10.19 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

10.20 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

10.21 Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

10.22 Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

10.23 Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

10.24 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

10.25 Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

10.26 No caso de desconexão com o pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

10.27 Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

10.28 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

10.29 Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

10.30 Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC n.º 123, de 2006.

10.31 Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.



M U N I C Í P I O D E
CONSELHEIRO MAIRINCK

ESTADO DO PARANÁ
PAÇO MUNICIPAL JOSÉ DA SILVA "DEDI"
Praça Otacílio Ferreira, nº82 – Telefone: 043 3561-1221
CNPJ: 75.968.412/0001-19
E-mail: prefeitura@conselheiomairinck.dr.gov.br

10.32 Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei Federal de Licitações e Contratos Administrativos, n.º 14.133, de 2021, nesta ordem:

10.32.1 Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

10.32.2 Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

10.32.3 Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

10.32.4 Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

10.33 Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

10.33.1 Empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

10.33.2 Empresas brasileiras;

10.33.3 Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

10.33.4 Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei Federal n.º 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

10.34 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

10.35 A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

10.36 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

10.37 O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

10.38 O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada,



M U N I C Í P I O D E
CONSELHEIRO MAIRINCK

ESTADO DO PARANÁ

PAÇO MUNICIPAL JOSÉ DA SILVA "DEDI"

Praça Otacílio Ferreira, nº82 – Telefone: 043 3561-1221

CNPJ: 75.968.412/0001-19

E-mail: prefeitura@conselheiomairinck.pr.gov.br

acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

10.38.1 Caso a proposta não seja enviada dentro do prazo solicitado, e não haja pedido de prorrogação de prazo, poderá o pregoeiro, efetuar a **DESCLASSIFICAÇÃO DA EMPRESA** pelo não envio da documentação solicitada.

10.39 É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

10.40 Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

10.41 Com relação ao tratamento diferenciado ofertado em benefício a **PRIORIDADE DE CONTRATAÇÃO** das microempresas e empresas de pequeno porte, consideradas locais/regionais, terão margem de até 10% (dez por cento) sobre a melhor oferta, após a fase de lances, desde que as demais empresas previamente classificadas com o melhor lance não esteja sediada em município considerado local/regional.

10.42 Ocorrendo empate entre 02 (duas) ou mais propostas, em não sendo o caso de aplicação do disposto no art. 60 da Lei Federal de Licitações e Contratos Administrativos n.º 14.133/21, será realizado sorteio em ato público para seleção da proposta a adjudicar o objeto do Pregão Eletrônico.

10.43. Havendo mais de 01 (uma) microempresa ou empresa de pequeno porte com proposta de preço no intervalo de que trata o subitem 10.41, proceder-se-á a classificação das mesmas, em ordem crescente, a fim de lhes assegurar a prioridade em caso de inabilitação da imediatamente melhor classificada. As demais propostas serão ordenadas na sequência, igualmente em ordem crescente.

10.44. Não havendo a participação de microempresas ou empresas de pequeno porte sediadas local ou regional ou, ainda, caso as participantes não se enquadrem no intervalo de preços de que trata o subitem 10.41, ou venham a ser inabilitadas, será o melhor preço válido mantido para fins de futura e eventual contratação.

10.45 - Não se aplica o disposto no subitem 10.41 caso o melhor preço válido for ofertado por microempresa ou empresa de pequeno porte sediada local ou microrregional.

11 - DA FASE DE JULGAMENTO

11.1 Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei Federal de Licitações e Contratos Administrativos n.º 14.133, de 2021, e legislação correlata, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

11.1.1 Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e



11.1.2 Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

11.1.3 Consulta ao cadastro de restrições ao direito de contratar com a Administração Pública – TCE/PR (<https://servicos.tce.pr.gov.br/tcepr/municipal/ail/ConsultarImpedidos.aspx>)

11.2 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei Federal n.º 8.429, de 1992.

11.3 Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

11.3.1 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN n.º 3/2018, art. 29, §1º).

11.3.2 O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN n.º 3/2018, art. 29, §2º).

11.3.3 Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

11.4 Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

11.5 Verificadas as condições de participação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

11.6 Será desclassificada a proposta vencedora que:

11.6.1 Contiver vícios insanáveis;

11.6.2 Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

11.6.3 Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

11.6.4 Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

11.6.5 Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

11.7 No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

11.7.1 A inexequibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

11.7.1.1 Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e



M U N I C Í P I O D E
CONSELHEIRO MAIRINCK

ESTADO DO PARANÁ
PAÇO MUNICIPAL JOSÉ DA SILVA "DEDI"
Praça Otacílio Ferreira, nº82 – Telefone: 043 3561-1221
CNPJ: 75.968.412/0001-19
E-mail: prefeitura@conselheiomairinck.dr.gov.br

11.7.1.2 Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

11.8 Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

11.9 Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.

11.10 Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

11.10.1 Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

11.11 Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.

11.11.1 O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

11.11.2 Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

11.12 Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

11.13 Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

11.14 Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

12 - DA FASE DE HABILITAÇÃO



M U N I C Í P I O D E
CONSELHEIRO MAIRINCK

ESTADO DO PARANÁ

PAÇO MUNICIPAL JOSÉ DA SILVA "DEDI"

Praça Otacílio Ferreira, nº82 – Telefone: 043 3561-1221

CNPJ: 75.968.412/0001-19

E-mail: prefeitura@conselheiomairinck.pr.gov.br

12.1 Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei Federal de Licitações e Contratos Administrativos, n.º 14.133, de 2021.

12.2 Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei Federal de Licitações e Contratos Administrativos n.º 14.133, de 2021).

12.3 Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

12.4 O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

12.5 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN n.º 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).

12.6 A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. (IN n.º 3/2018, art. 7º, parágrafo único).

12.7 A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

12.8 Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES n.º 73, de 30 de setembro de 2022.

12.9 Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

12.10 Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

12.11 Após a entrega dos documentos para habilitação, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro, a apresentação de novos documentos de



M U N I C Í P I O D E
CONSELHEIRO MAIRINCK

ESTADO DO PARANÁ
PAÇO MUNICIPAL JOSÉ DA SILVA "DEDI"
Praça Otacílio Ferreira, nº82 – Telefone: 043 3561-1221
CNPJ: 75.968.412/0001-19
E-mail: prefeitura@conselheiomairinck.pr.gov.br

habilitação para, (Lei Federal de Licitações, n.º 14.133/21, art. 64, e IN n.º 73/2022, art. 39, §4º):

12.12 Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

12.13 Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital.

12.14 Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

12.15 A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto n.º 8.538/2015).

12.16 Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

12.17 Sob pena de inabilitação, todos os documentos apresentados para a habilitação deverão estar em nome da licitante, dentro de seu prazo de validade e, preferencialmente, com o número do CNPJ e com o endereço respectivo;

12.17.1 Sendo a licitante matriz, todos os documentos deverão estar em seu nome;

12.17.2 Sendo a licitante filial, todos os documentos deverão estar em seu nome, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz;

12.17.3 Serão dispensados da apresentação de documentos com o número do CNPJ da filial aqueles documentos que, pela própria natureza, forem emitidos somente em nome da matriz, como é o caso da Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União e da Certidão Negativa de Débitos Relativos às Contribuições Previdenciárias e às de Terceiros, por constar no próprio documento que é válido para matriz e filiais.

12.18 A documentação exigida deverá ser obrigatoriamente da empresa que lançará a Nota Fiscal/Fatura.

12.19 As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, por ocasião da participação em certames licitatórios, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.

12.20 Como se trata de pregão, em que os documentos somente são apresentados em via eletrônica através de chave de acesso exclusivo, junto à plataforma BLL, o pregoeiro



M U N I C Í P I O D E
CONSELHEIRO MAIRINCK

ESTADO DO PARANÁ
PAÇO MUNICIPAL JOSÉ DA SILVA "DEDI"
Praça Otacílio Ferreira, nº82 – Telefone: 043 3561-1221
CNPJ: 75.968.412/0001-19
E-mail: prefeitura@conselheiomairinck.dr.gov.br

ou sua equipe de apoio poderá fazer diligência para a verificação e constatação da autenticidade de documentos.

12.21 As declarações deverão ser apresentadas assinadas pelo responsável da empresa ou por pessoa autorizada através de procuração. Serão aceitos documentos assinados digitalmente.

12.21.1 As empresas serão responsáveis pela veracidade dos documentos anexados na habilitação. Os documentos originais que forem digitalizados para a apresentação no momento da habilitação serão aceitos pelo pregoeiro independentemente de reconhecimento de firma.

12.21.2 Os documentos deverão ser apresentados, na forma prevista em lei, e quando não houver regulamentação específica, deverão sempre ser em nome da licitante e com o número do CNPJ ou CPF, se pessoa física; Em nome da matriz, se o licitante for a matriz; Em nome da filial, se o licitante for a filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, forem emitidos somente em nome da matriz;

12.22 A documentação relativa à HABILITAÇÃO JURÍDICA consistirá em:

a) Documento de identidade (RG ou CNH) e CPF – Cadastro de Pessoas Físicas

12.23 A documentação relativa à REGULARIDADE FISCAL consistirá em:

- a) Certidão Negativa de Débitos Federais;
- b) Prova de regularidade com a Fazenda Estadual;
- c) Prova de regularidade com a Fazenda Municipal;

12.24 – Habilitações fiscal, social e trabalhista:

12.24.1 – Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (**CNPJ**);

12.24.2 – Prova de regularidade fiscal perante a **Fazenda Nacional**, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

12.24.3 – Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (**FGTS**);

12.24.4 – Declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

12.24.5 – Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;



M U N I C Í P I O D E
CONSELHEIRO MAIRINCK

ESTADO DO PARANÁ

PAÇO MUNICIPAL JOSÉ DA SILVA "DEDI"

Praça Otacílio Ferreira, nº82 – Telefone: 043 3561-1221

CNPJ: 75.968.412/0001-19

E-mail: prefeitura@conselheiomairinck.pr.gov.br

12.24.6 – Prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal e estadual, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

12.25 – Qualificação Econômico-Financeira:

12.25.1 – **Certidão negativa de falência** ou recuperação judicial expedida pelo distribuidor do Foro da sede da pessoa jurídica do licitante, expedida a menos de 60 (sessenta) dias e de distribuição passada pelo foro de sua sede, indicando quais os Cartórios ou Ofícios de Registros que controlam a distribuição de falências, recuperação judicial e extrajudicial, e insolvência civil;

12.26 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

12.26.1 Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto desta licitação, realizada através da apresentação de pelo menos um Atestado ou Certidão fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, com identificação do signatário e assinatura do responsável legal, que comprove ter a licitante fornecido os medicamentos e produtos objeto desta licitação devendo também informar, o nível de satisfação no fornecimento realizado.

I - No caso de atestados emitidos por empresa de iniciativa privada, não serão considerados aqueles emitidos por empresas pertencentes ao mesmo grupo empresarial da empresa proponente.

II - Serão consideradas como pertencentes ao mesmo grupo empresarial da empresa proponente, empresas controladas ou controladoras da empresa proponente ou que tenham pelo menos uma mesma pessoa física ou jurídica que seja sócio da empresa proponente.

12.26.2 Comprovar que possui Autorização de Funcionamento da empresa participante do certame (AFE), expedida pela ANVISA – Agência Nacional de Vigilância Sanitária, em plena validade, quando competente ou através de comprovação de sua isenção, sendo que, Protocolos não serão aceitos. Em caso de pedido de revalidação da AFE efetuado pela licitante dentro do prazo legal (120 dias) antes do término de sua vigência vencimento, caso a ANVISA não tenha decidido sobre o pedido de revalidação antes do término do prazo da licença, considerar-se-á automaticamente prorrogada até a data da decisão emitindo nova autorização, somente neste caso, o protocolo será aceito, conforme o art. 22 do Decreto nº. 74.170 de 10/06/1974.

12.26.3 Caso o medicamento a ser fornecido contiver substâncias constantes da relação da Portaria nº. 344, a empresa deverá apresentar Autorização Especial de Funcionamento (AE) emitida pela ANVISA”.

12.26.4 Caso a licitante seja enquadrada como estabelecimentos de comércio varejista de medicamentos: farmácias e drogarias, nos termos da RDC nº. 1, de 13 de janeiro de 2010, deverá a petição de Renovação da Autorização de Funcionamento de Empresa (AFE) ser protocolizada no período compreendido entre 90 (noventa) e 60 (sessenta) dias anteriores à data de vencimento da respectiva AFE, e, caso a ANVISA não tenha decidido sobre o pedido de revalidação antes do término do prazo da licença,



M U N I C Í P I O D E
CONSELHEIRO MAIRINCK

ESTADO DO PARANÁ
PAÇO MUNICIPAL JOSÉ DA SILVA "DEDI"
Praça Otacílio Ferreira, nº82 – Telefone: 043 3561-1221
CNPJ: 75.968.412/0001-19
E-mail: prefeitura@conselheiomairinck.pr.gov.br

considerar-se-á automaticamente prorrogada até a data da decisão emitindo nova autorização, somente neste caso, o protocolo será aceito.

12.26.5 Apresentar cópia do Comprovante de Registro na ANVISA dos medicamentos e materiais, conforme Lei nº 6.360, 23 de Setembro de 1.976, também do Decreto nº 79.094 de 05 de Janeiro de 1.977. Caso não haja obrigatoriedade do registro deverá apresentar Notificação, conforme RDC nº. 199 de 26/10/2006; se dispensado ou isento: apresentar da declaração de dispensa ou isenção de registro.

12.26.6 Alvará Sanitário expedido pelo órgão da Vigilância Sanitária Estadual ou Municipal da sede da Distribuidora e/ou Fabricante, para exercer atividades de Comercialização e Venda dos produtos/materiais. No caso do Distrito Federal, a licença deverá ser fornecida pelas Administrações Regionais.

12.27 OUTRAS COMPROVAÇÕES:

12.27.1 DECLARAÇÕES UNIFICADAS (ANEXO III)

12.28 Para comprovação de enquadramento de empresa ME ou EPP, beneficiária da Lei Complementar n.º 123/2006 e suas alterações, a empresa deverá apresentar declaração firmada pelo representante legal da empresa ou por contador ou certidão simplificada, expedida pela Junta Comercial, com prazo de validade de até 120 (cento e vinte) dias a contar da data de emissão

12.29 Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

13 - DOS RECURSOS

13.1 Declarada a vencedora, o Pregoeiro abrirá prazo de 10 (dez) minutos, durante o qual qualquer licitante poderá, de forma imediata, exclusivamente em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recurso.

13.1.1 A ausência do registro de intenção de recurso, no prazo estabelecido no item anterior, implica a preclusão da oportunidade de interposição de recurso.

13.1.2 Registrada a intenção de recurso, a licitante deverá apresentar as razões recursais, exclusivamente em campo próprio do sistema, no prazo de 3 (três) dias úteis, ficando as demais licitantes, desde logo, intimadas a apresentar as contrarrazões, também via sistema, em igual prazo, que começará a correr do término do prazo da recorrente.

13.2 Para a formulação das razões e contrarrazões recursais, havendo solicitação nesse sentido, será assegurada aos licitantes interessados, além dos documentos constantes do sistema, vista imediata dos autos do procedimento administrativo licitatório.

13.2.1 Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico

http://www.conselheiomairinck.pr.gov.br/portal_transparencia/licitacoes.php.



M U N I C Í P I O D E
CONSELHEIRO MAIRINCK

ESTADO DO PARANÁ
PAÇO MUNICIPAL JOSÉ DA SILVA "DEDI"
Praça Otacílio Ferreira, nº82 – Telefone: 043 3561-1221
CNPJ: 75.968.412/0001-19
E-mail: prefeitura@conselheiromairinck.pr.gov.br

13.2.2 Na análise do recurso, a Administração poderá promover diligências destinadas a esclarecer ou complementar a instrução do processo, constituindo meio legal de prova os documentos obtidos.

13.3 O recurso regularmente interposto, juntamente com as razões e as contrarrazões recursais, será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, que, se não reconsiderar o ato ou a decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, encaminhará o recurso com a sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.3.1 O Pregoeiro poderá reconsiderar ou não a decisão recorrida e, em caso de não reconsideração, os autos serão encaminhados à autoridade superior para julgamento do recurso.

13.4 O provimento do recurso implicará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

14 – DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

14.1 Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

14.1.1 Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

14.1.2 Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:

14.1.2.1 Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

14.1.2.2 Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

14.1.2.3 Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

14.1.2.4 Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

14.1.3 Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

14.1.3.1 Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

14.1.4 Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

14.1.5 Fraudar a licitação;

14.1.6 Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

14.1.6.1 Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

14.1.6.2 Induzir deliberadamente a erro no julgamento;



M U N I C Í P I O D E
CONSELHEIRO MAIRINCK

ESTADO DO PARANÁ
PAÇO MUNICIPAL JOSÉ DA SILVA "DEDI"
Praça Otacílio Ferreira, nº82 – Telefone: 043 3561-1221
CNPJ: 75.968.412/0001-19
E-mail: prefeitura@conselheiomairinck.pr.gov.br

- 14.1.6.3 Apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
- 14.1.7 Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação.
- 14.1.8 Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal n.º 12.846, de 2013.
- 14.2 Com fulcro na Lei Federal de Licitações e Contratos Administrativos n.º 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
- 14.2.1 advertência;
- 14.2.2 multa;
- 14.2.3 impedimento de licitar e contratar e,
- 14.2.4 declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 14.3 Na aplicação das sanções serão considerados:
- 14.3.1 a natureza e a gravidade da infração cometida.
- 14.3.2 as peculiaridades do caso concreto.
- 14.3.3 as circunstâncias agravantes ou atenuantes.
- 14.3.4 os danos que dela provierem para a Administração Pública.
- 14.3.5 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 14.4 A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 07 (SETE) dias úteis, a contar da comunicação oficial.
- 14.5 As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- 14.6 Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 14 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 14.7 A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
- 14.8 Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o



M U N I C Í P I O D E
CONSELHEIRO MAIRINCK

ESTADO DO PARANÁ
PAÇO MUNICIPAL JOSÉ DA SILVA "DEDI"
Praça Otacílio Ferreira, nº82 – Telefone: 043 3561-1221
CNPJ: 75.968.412/0001-19
E-mail: prefeitura@conselheiomairinck.pr.gov.br

qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

14.9 Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

14.10 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

14.11 A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

15 – DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

15.1 A sessão pública poderá ser reaberta:

15.1.1 Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

15.1.2 Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC n.º 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

15.2 Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

15.2.1 A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat") ou e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

16 - DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

16.1 Constatado o atendimento das exigências previstas no Edital, a licitante será declarada vencedora, sendo-lhe adjudicado e homologado o objeto da licitação pela própria AUTORIDADE COMPETENTE.

16.1.1 Se o primeiro proponente classificado não atender às exigências de habilitação, será examinada a documentação do segundo proponente classificado, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até o encontro de uma proposta que atenda a todas as exigências do edital, sendo o respectivo proponente declarado vencedor e a ele adjudicado o objeto da licitação.

16.2 A Adjudicação e a homologação do resultado da licitação é de responsabilidade da autoridade competente e só poderá ser realizada depois da finalização da sessão pública.



M U N I C Í P I O D E
CONSELHEIRO MAIRINCK

ESTADO DO PARANÁ
PAÇO MUNICIPAL JOSÉ DA SILVA "DEDI"
Praça Otacílio Ferreira, nº82 – Telefone: 043 3561-1221
CNPJ: 75.968.412/0001-19
E-mail: prefeitura@conselheiomairinck.pr.gov.br

16.3 A homologação do resultado desta licitação não obriga esta Administração à aquisição do objeto licitado.

16.4 O resultado desta licitação será publicado no site da BLL.

16.5 A partir do ato de homologação será fixado o início do prazo de convocação da proponente adjudicatária para assinar o Contrato, respeitada a validade de sua proposta, bem como a retirada na Divisão de Licitações e Contratos

17 - DO PAGAMENTO

17.1 O pagamento será efetuado na forma de crédito em conta corrente da licitante vencedora no prazo máximo de até 30 (trinta) dias corridos, contados da certificação da nota fiscal eletrônica pelos gestores do contrato, que deverá ser emitida após recebimento.

17.2 Para a liberação do pagamento, a futura contratada encaminhará nota fiscal eletrônica, acompanhada das seguintes certidões: (FGTS, TRABALHISTA, CERTIDÃO ESTADUAL, FEDERAL E MUNICIPAL) em validade para o pagamento.

17.3 Nenhum pagamento será efetuado à contratada, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual, sem que isso gere direito a acréscimos de qualquer natureza.

17.4 O Município de Conselheiro Mairinck – PR, fará as retenções de acordo com a legislação vigente e/ou exigirá a comprovação dos recolhimentos exigidos em Lei.

17.5 Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento dos preços ou correção monetária.

17.6 Quaisquer erros ou omissão ocorrido na documentação fiscal será motivo de correção por parte da adjudicatária e haverá em decorrência, suspensão do prazo de pagamento até que o problema seja definitivamente sanado.

18 - DO REAJUSTE DE PREÇOS

18.1 O reequilíbrio econômico-financeiro do Contrato, para mais ou para menos, se justifica nas seguintes ocorrências:

18.1.1 Para mais, na hipótese de sobrevir fatos supervenientes imprevisíveis, ou previsíveis, porém, de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do que foi contratado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica (probabilidade de perda concomitante à probabilidade de lucro) extraordinária e extracontratual.

18.1.2 Para menos, na hipótese do valor contratado ficar muito superior ao valor do mercado, ou, ainda, quando ocorrer o fato do príncipe.

18.2 Para solicitar o reequilíbrio não poderão haver empenhos com pendência de entregar referentes aos itens objetos do pedido.



18.2.1 Os pedidos de reequilíbrio não suspendem a entrega de itens já empenhados. Os pedidos de reequilíbrio analisados, serão considerados para os pedidos posteriores a decisão final da Autoridade Competente.

18.2.2 Para a caracterização da pretensão de reequilíbrio, a CONTRATADA deverá formular o pedido e enviar para o e-mail do Município: no endereço compras.cmk@yahoo.com, com toda documentação abaixo:

18.2.2.1 Planilha de Custos informando sua margem de lucro no fornecimento do(s) produto(s) contratados e o preço a ser reequilibrado, conforme modelo simplificado abaixo:

PREÇO CONTRATADO			
Descrição do Produto			
a) Valor registrado no Contrato		R\$ 0,00	
b)	Custo Unitário (N. F. nº..... Data:/...../.....)	R\$ 0,00	
c)	Total de Impostos/tributos	0%	R\$ 0,00
d)	Total de Custos fixos	0%	R\$ 0,00
Fórmula = a - (b + c + d)			
e)	Margem de Lucro	0%	R\$ 0,00
Custo Total = a - e		R\$ 0,00	
PREÇO ATUALIZADO			
Descrição do Produto			
a) Valor registrado no Contrato		R\$ 0,00	
b)	Custo Unitário (N. F. nº..... Data:/...../.....)	R\$ 0,00	
c)	Total de Impostos/tributos	0%	R\$ 0,00
d)	Total de Custos fixos	0%	R\$ 0,00
Fórmula = a - (b + c + d)			
e)	Margem de Lucro	0%	R\$ 0,00
Custo Total = a - e		R\$ 0,00	

18.2.2.2 Cópias das notas fiscais referentes ao mês de julgamento da licitação, informando sua margem de lucro no fornecimento do(s) produto(s) contratado(s), bem como cópia das notas fiscais referentes ao período de realização do pedido.

18.2.2.3 O valor reequilibrado nunca deverá ser superior ao valor máximo estipulado no edital da licitação, para a garantia do equilíbrio econômico-financeiro.

18.2.2.4 Cópias das certidões vigentes:

- I) Certificado de regularidade do FGTS;
- II) Certidão de débitos Trabalhista;
- III) Certidão de débitos relativos aos tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
- IV) Certidão relativos a débitos tributários e dívida ativa Estadual;
- V) Certidão de débitos relativos a débitos tributários e dívida ativa municipal;



VI) Tribunal de Contas do Estado do Paraná - TCEPR - no site <http://www1.tce.pr.gov.br/> (Consulta de Impedidos de Licitar);

VII) Tribunal de Contas da União - TCU em consulta consolidada de pessoas jurídicas que reúne os resultados das certidões no TCU - Licitantes Inidôneos;

VIII) CNIA - Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade;

IX) CEIS - Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas e

X) CNEP - Cadastro Nacional de Empresas Punidas, no site <https://certidoes-pf.apps.tcu.gov.br>.

18.2.3 Na ausência de um dos documentos elencados acima, o pedido de reequilíbrio econômico-financeiro NÃO SERÁ RECEBIDO.

18.2.4 A iniciativa e o encargo da demonstração do desequilíbrio econômico-financeiro serão do CONTRATADO, cabendo a PREFEITURA a análise e deliberação a respeito do pedido.

18.2.5 A licitante fica ciente de que os lances ofertados durante a sessão são de sua exclusiva responsabilidade, não cabendo reequilíbrio de preços em consequência de altos descontos com o intuito único de ganhar a licitação e posteriormente buscar via revisão do preço aumentar ou regularizar sua margem operacional, sob pena de rescisão do contrato e de aplicação das penalidades administrativas previstas em lei e no edital.

18.2.6 Se o CONTRATADO não comprovar o desequilíbrio econômico-financeiro e a existência de fato superveniente, o pedido será INDEFERIDO pela PREFEITURA e o contratado continuará obrigado a cumprir os compromissos pelo valor arrematado, sob pena de rescisão do contrato e de aplicação das penalidades administrativas previstas em lei e no edital.

18.2.7 Para deferimento do reequilíbrio, se ocorrida alguma das situações descritas nos itens acima a CONTRATADA deverá apresentar, a cada mês, Planilha de Custos atualizada, novamente acompanhada de todas as notas fiscais e demais documentos que a justifiquem, sendo que o realinhamento se dará mediante a comprovação do preço pago ao(s) fornecedor(es).

18.2.8 O Município se reserva no direito de realizar cotação paralela, para averiguar os valores informados nas Planilhas supracitadas. E apresentando-se como uma situação contornável, através da troca de fornecedores por parte da Empresa, será considerado injustificado o pedido, mantendo-se os valores originais.

18.2.9 A Administração deverá, quando autorizado o reequilíbrio dos preços, lavrar Termo Aditivo com os preços revisados e emitir Nota de Empenho complementar para as novas despesas, sendo que a atualização não retroagirá a ordens de fornecimento já emitidas.

18.2.10 O novo preço só terá validade após parecer jurídico e não terá efeito retroativo.



M U N I C Í P I O D E
CONSELHEIRO MAIRINCK

ESTADO DO PARANÁ
PAÇO MUNICIPAL JOSÉ DA SILVA "DEDI"
Praça Otacílio Ferreira, nº82 – Telefone: 043 3561-1221
CNPJ: 75.968.412/0001-19
E-mail: prefeitura@conselheiomairinck.pr.gov.br

18.2.11 Da mesma forma, para a realização de reequilíbrio econômico do Contrato para menos, a Administração deverá comprovar a queda dos preços através da juntada de planilhas de composição de custos e/ou cotações de preços de mercado.

18.2.12 O reajuste de preço será admitido caso a vigência do Contrato ultrapasse o período de 12 (doze) meses, contados a partir da data limite para apresentação da proposta ou do orçamento a que essa se referir.

18.2.13 O reajuste obedecerá à variação do IPCA/IBGE, ou outro índice oficial que venha a substituí-lo no caso de sua extinção.

19 – ESTIMATIVA DO PREÇO DA CONTRATAÇÃO

O custo estimado total da contratação é de R\$ 1.017.264,30 (Um milhão, dezessete mil, duzentos e sessenta reais e trinta centavos).

20 – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

20.1 A despesa decorrente da execução do contrato ocorrerá nas seguintes dotações orçamentárias:

04 – Secretaria de Saúde
001 – Fundo Municipal de Saúde
10.301.0004-2019 – Manutenção Fundo Municipal de Saúde
840 – Fonte 000, 850 Fonte 303, - 3.3.90.30.00.00 – Material de Consumo

04 – Secretaria de Saúde
001 – Fundo Municipal de Saúde
10.301.0004-2062 – Manutenção e Gestão Programa do SUS
1240 – Fonte 494, - 3.3.90.30.00.00 – Material de Consumo

21 - DAS CONDIÇÕES PARA ASSINATURA DO CONTRATO

21.1 As obrigações decorrentes deste PREGÃO consubstanciar-se-ão no TERMO DE CONTRATO, cuja minuta consta como Anexo IV deste Edital.

21.2 Uma vez homologado o resultado da licitação pela Autoridade Superior, o licitante vencedor será convocado, dentro do prazo de 05 (cinco) dias após o ato convocatório, para assinatura do Contrato.

21.3 O Contrato Administrativo SERÁ encaminhado através de correio eletrônico (e-mail), para o endereço de e-mail disponibilizado pelo licitante na fase de habilitação, competindo ao Contratado a impressão e assinatura do instrumento, em 02 (duas) vias, providenciando a entrega das vias originais no Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal, em até 05 (cinco) dias após o seu recebimento.

21.3.1 Este prazo poderá ser prorrogado uma vez, por até igual período, quando solicitado pelo proponente vencedor durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado, aceito pela Prefeitura Municipal de Conselheiro Mairinck - PR;

21.4 A via do instrumento destinada ao Contratado, devidamente assinada pelo Contratante, será disponibilizada por correio eletrônico, na forma do item antecedente,



M U N I C Í P I O D E
CONSELHEIRO MAIRINCK

ESTADO DO PARANÁ
PAÇO MUNICIPAL JOSÉ DA SILVA "DEDI"
Praça Otacílio Ferreira, nº82 – Telefone: 043 3561-1221
CNPJ: 75.968.412/0001-19
E-mail: prefeitura@conselheiomairinck.pr.gov.br

ou para retirada na Prefeitura Municipal a partir de 05 (cinco) dias após o protocolo da entrega das vias originais prevista no item anterior.

21.5 Para a assinatura do contrato, está deverá ser assinada pelo representante legal da adjudicatária (diretor, sócio da empresa ou procurador), mediante apresentação do contrato social e procuração, na hipótese de nomeação de procurador, e cédula de identidade do representante.

22 - DA REVOGAÇÃO E ANULAÇÃO

22.1 Fica assegurado a Prefeitura Municipal de Conselheiro Mairinck - PR, o direito de revogar a licitação por razões de interesse público decorrentes de fato superveniente devidamente comprovado, ou anulá-la em virtude de vício insanável.

22.2 A declaração de nulidade de algum ato do procedimento somente resultará na nulidade dos atos que diretamente dele dependam.

22.3 Quando da declaração de nulidade de algum ato do procedimento, a autoridade competente indicará expressamente os atos a que ela se estende.

22.4 A nulidade do procedimento de licitação não gera obrigação de indenizar pela Administração.

22.5 A nulidade da contratação opera efeitos retroativamente, impedindo os efeitos jurídicos que o contrato, ordinariamente, deveria produzir, além de desconstituir os já produzidos.

22.6 Nenhum ato será declarado nulo se do vício não resultar prejuízo ao interesse público ou aos demais interessados.

22.7 A revogação ou anulação será precedida de procedimento administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa, e formalizada mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

22.8 A autoridade competente para anular ou revogar a licitação é o Prefeito Municipal de Conselheiro Mairinck - PR.

23 - DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO

23.1 As partes declaram conhecer as normas de prevenção à corrupção previstas na legislação brasileira, dentre elas, a Lei de Improbidade Administrativa (Lei Federal n.º 8.429/1992), a Lei Federal n.º 12.846/2013 e seus regulamentos, se comprometem que para a execução deste contrato nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar, a quem quer que seja, aceitar ou se comprometer a aceitar, de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios indevidos de qualquer espécie, de modo fraudulento que constituam prática ilegal ou de corrupção, bem como de manipular ou fraudar o equilíbrio econômico financeiro do presente contrato, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, devendo garantir, ainda que seus prepostos, administradores e colaboradores ajam da mesma forma.



24 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

24.1 O resultado e demais atos do presente certame será divulgado no Diário Oficial do Município através do endereço eletrônico http://www.conselheiomairinck.pr.gov.br/portal_transparencia/licitacoes.php e no Portal de Transparência do Município através do endereço eletrônico www.conselheiomairinck.pr.gov.br.

24.2 As normas disciplinadoras desta licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que a interpretação não viole a lei e não comprometa o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.

24.3 O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

24.4 Os proponentes intimados para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais deverão fazê-lo no prazo determinado pelo pregoeiro.

24.5 Será facultado ao Pregoeiro ou à autoridade superior, em qualquer fase do julgamento, promover diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, inclusive parecer técnico à Secretaria requerente do certame com relação aos produtos cotados, bem como solicitar aos órgãos competentes, elaboração de parecer técnico destinado a fundamentar a decisão.

24.6 O pregoeiro poderá, ainda, relevar erros formais, ou simples omissões em quaisquer documentos, para fins de habilitação e classificação da proponente, desde que sejam irrelevantes, não firam o entendimento da proposta e o ato não acarrete violação aos princípios básicos da licitação e não gerem a majoração do preço proposto.

24.7 As licitantes devem acompanhar rigorosamente todas as fases do certame e as operações no sistema eletrônico, inclusive mensagem via chat, sendo responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem enviada ou emitida pelo Sistema ou de sua desconexão, bem como será responsável pela apresentação dos documentos solicitados nos prazos previstos.

24.8 Nenhuma indenização será devida às licitantes pela elaboração ou pela apresentação de documentação referente ao presente Edital.

24.9 A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

24.10 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital, exclui-se o dia do início e inclui-se o do vencimento, observando-se que só se iniciam e vencem prazos em dia de expediente normal na Prefeitura Municipal de Conselheiro Mairinck - PR, exceto quando explicitamente disposto em contrário.

24.11 A autoridade competente poderá revogar a presente licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por



M U N I C Í P I O D E
CONSELHEIRO MAIRINCK

ESTADO DO PARANÁ
PAÇO MUNICIPAL JOSÉ DA SILVA "DEDI"
Praça Otacílio Ferreira, nº82 – Telefone: 043 3561-1221
CNPJ: 75.968.412/0001-19
E-mail: prefeitura@conselheiomairinck.pr.gov.br

provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado, sem que caiba às Licitantes direito à indenização.

24.12 Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

24.13 O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico http://www.conselheiomairinck.pr.gov.br/portal_transparencia/licitacoes.php, e na Prefeitura Municipal de Conselheiro Mairinck - PR, Departamento de Compras e Licitações, Praça Otacílio Ferreira, n.º 82, centro, nos dias úteis, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

24.14 No caso de alteração deste Edital no curso do prazo estabelecido para a realização do Pregão, este prazo será reaberto, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

24.15 É obrigação da proponente observar e acompanhar rigorosamente os editais, todas as fases do certame e comunicados oficiais divulgados conforme item anterior, ler e interpretar o conteúdo destes, desobrigando totalmente o órgão licitador, por interpretações errôneas ou inobservâncias.

24.16 A proponente deverá indicar ao Pregoeiro todos os meios de contato (telefone/endereço eletrônico e-mail), para comunicação, e obriga-se a manter os dados devidamente atualizados durante todo o decurso processual. Será de sua inteira responsabilidade o retorno imediato de todos os atos comunicados, os quais serão considerados recebidos, não lhe cabendo qualquer alegação de não recebimentos dos documentos.

24.17 O pregoeiro não se responsabilizará por e-mails que, por qualquer motivo, não forem recebidos em virtude de problemas no servidor ou navegador, tanto do Município de Conselheiro Mairinck quanto do emissor.

24.18 Incumbirá ao Licitante acompanhar as operações no Sistema Eletrônico, sendo responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem enviada e emitida pelo Sistema ou de sua desconexão.

24.19 Caso o sistema eletrônico desconectar para o pregoeiro no decorrer da etapa de lances da sessão pública, e permanecendo acessíveis aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem o prejuízo dos atos realizados.

24.20 Se a desconexão do pregoeiro persistir por tempo superior a 10min (dez minutos), a sessão pública será suspensa e só poderá ser reiniciada após decorrido, no mínimo 24h (vinte e quatro horas), após a comunicação do fato aos participantes em campo próprio no sistema eletrônico.

24.21 CASO A ETAPA DE LANCES ULTRAPASSE O HORÁRIO DE EXPEDIENTE, O PREGÃO SERÁ SUSPENSO E RETORNARÁ NO HORÁRIO INFORMADO PELO PREGOEIRO VIA CHAT.



M U N I C Í P I O D E
CONSELHEIRO MAIRINCK

ESTADO DO PARANÁ

PAÇO MUNICIPAL JOSÉ DA SILVA "DEDI"

Praça Otacílio Ferreira, nº82 – Telefone: 043 3561-1221

CNPJ: 75.968.412/0001-19

E-mail: prefeitura@conselheiomairinck.pr.gov.br

24.22 Não havendo expediente, ocorrendo qualquer fato superveniente, ou mesmo indisponibilidade no Sistema BLL que impeça a realização do certame na data e horário marcado, a sessão pública será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no horário estabelecido neste Edital, desde que não haja comunicação do Pregoeiro em contrário.

24.23 Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

24.24 Os casos omissos serão resolvidos pelo pregoeiro.

24.25 Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes Anexos:

ANEXO I Termo De Referência – Especificações Técnicas E Condições De Fornecimento;

ANEXO II Modelo Padrão De Proposta Comercial;

ANEXO III Modelo De Declaração Unificada;

ANEXO IV Termo De Minuta De Contrato.

Conselheiro Mairinck - PR, 19 de agosto de 2024.

Tuany Sueli da Costa Maximino
Agente de Contratação

Adalto Aparecido Lopes Luiz
Equipe de Apoio

Priscila Claudina Camargo
Agente de Contratação

Anderson Ferreira Siqueira
Equipe de Apoio

Marcínio Messias
Agente de Contratação

Sidnei Domingos Ferreira
Equipe de Apoio

Elsie de Souza Santos
Equipe de Apoio



ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

INTRODUÇÃO

A aquisição de medicamentos justifica-se pela necessidade de reposição contínua do estoque do Departamento Municipal de Saúde e distribuição gratuita, os quais são imprescindíveis para o atendimento aos usuários do SUS de Conselheiro Mairinck.

Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

Objetivo: A aquisição de medicamentos tem por objetivo atender as demandas do Hospital e Maternidade Anita Canet e distribuição gratuita na Unidade Básica de Saúde Maria Helena Zarochinski. De forma geral, a aquisição desses medicamentos é fundamental para promover a saúde dos usuários do SUS, atentando ao que diz os princípios da universalidade, integralidade e equidade e ao disposto no art. 196 da CF de 1988, além de cumprir suas obrigações a fim de garantir à distribuição gratuita de medicamentos à população.

1. DEFINIÇÃO DO OBJETO

Medicamentos para atender a demanda do Departamento Municipal de Saúde.

1.1 Quantitativos

Os quantitativos presentes neste termo suprirão as necessidades do Departamento Municipal de Saúde por um período 12 (doze) meses, e foram obtidos a partir de estudos realizados, tendo em vista os medicamentos utilizados em períodos semelhantes.

Assim, baseado em observações progressas e em previsões para o futuro obteve-se os elementos constantes deste Termo de Referência.

Lote: 1 - Lote 001					
Item	Especificações	Quant.	Unid.	Valor R\$ Unit. máximo	Valor R\$ máximo total
1	ACEBROFILINA, 10 MG/ML, XAROPE ADULTO FRASCO 100 ML OU 120 ML BR0448839	300	FR	12,05	3.615,00
TOTAL					3.615,00
Lote: 2 - Lote 002					
Item	Especificações	Quant.	Unid.	Valor R\$ Unit. máximo	Valor R\$ máximo total
1	ACEBROFILINA, 5 MG/ML, XAROPE FRASCO 100 ML OU 120 ML BR0448838	300	FR	8,26	2.478,00
TOTAL					2.478,00
Lote: 3 - Lote 003					
Item	Especificações	Quant.	Unid.	Valor R\$ Unit. máximo	Valor R\$ máximo total



M U N I C Í P I O D E
CONSELHEIRO MAIRINCK

ESTADO DO PARANÁ

PAÇO MUNICIPAL JOSÉ DA SILVA "DEDI"

Praça Otacílio Ferreira, nº82 – Telefone: 043 3561-1221

CNPJ: 75.968.412/0001-19

E-mail: prefeitura@conselheiomairinck.pr.gov.br

1	ACETILCISTEÍNA, 600 MG, GRANULADO PARA SOLUÇÃO ORAL ENVELOPE BR0434110	300	SA	1,28	384,00
TOTAL					384,00
Lote: 4 - Lote 004					
Item	Especificações	Quant.	Unid.	Valor R\$ Unit. máximo	Valor R\$ máximo total
1	ACICLOVIR, 200 MG COMPRIMIDO BR0268370	5.000	COM	0,29	1.450,00
TOTAL					1.450,00
Lote: 5 - Lote 005					
Item	Especificações	Quant.	Unid.	Valor R\$ Unit. máximo	Valor R\$ máximo total
1	ACICLOVIR, 50 MG/G, CREME BISNAGA 10 G BR0268375	300	BSNG	3,53	1.059,00
TOTAL					1.059,00
Lote: 6 - Lote 006					
Item	Especificações	Quant.	Unid.	Valor R\$ Unit. máximo	Valor R\$ máximo total
1	ÁCIDO ACETILSALICÍLICO, 100 MG COMPRIMIDO BR0267502	20.000	COM	0,05	1.000,00
TOTAL					1.000,00
Lote: 7 - Lote 007					
Item	Especificações	Quant.	Unid.	Valor R\$ Unit. máximo	Valor R\$ máximo total
1	ÁCIDO TRANEXÂMICO, 50 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA 5 ML BR0327566	100	AMP	6,49	649,00
TOTAL					649,00
Lote: 8 - Lote 008					
Item	Especificações	Quant.	Unid.	Valor R\$ Unit. máximo	Valor R\$ máximo total
1	ÁCIDO VALPROICO, 250 MG CÁPSULA BR0267504	10.000	CAPS	0,54	5.400,00
TOTAL					5.400,00
Lote: 9 - Lote 009					
Item	Especificações	Quant.	Unid.	Valor R\$ Unit. máximo	Valor R\$ máximo total
1	ÁCIDO VALPROICO, 500 MG COMPRIMIDO BR0267505	10.000	COM	0,87	8.700,00
TOTAL					8.700,00
Lote: 10 - Lote 010					
Item	Especificações	Quant.	Unid.	Valor R\$ Unit. máximo	Valor R\$ máximo total
1	ADENOSINA, 3 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA 2 ML BR0278281	100	AMP	15,31	1.531,00
TOTAL					1.531,00
Lote: 11 - Lote 011					
Item	Especificações	Quant.	Unid.	Valor R\$ Unit. máximo	Valor R\$ máximo total
1	ALBENDAZOL, 40 MG/ML, SUSPENSÃO ORAL FRASCO 10 ML BR0267507	800	FR	1,72	1.376,00
TOTAL					1.376,00
Lote: 12 - Lote 012					
Item	Especificações	Quant.	Unid.	Valor R\$ Unit. máximo	Valor R\$ máximo total



M U N I C Í P I O D E
CONSELHEIRO MAIRINCK

ESTADO DO PARANÁ

PAÇO MUNICIPAL JOSÉ DA SILVA "DEDI"

Praça Otacílio Ferreira, nº82 – Telefone: 043 3561-1221

CNPJ: 75.968.412/0001-19

E-mail: prefeitura@conselheiomairinck.pr.gov.br

1	ALBENDAZOL, 400 MG, COMPRIMIDO MASTIGÁVEL COMPRIMIDO BR0459822	4.000	FR	0,60	2.400,00
TOTAL					2.400,00
Lote: 13 - Lote 013					
Item	Especificações	Quant.	Unid.	Valor R\$ Unit. máximo	Valor R\$ máximo total
1	ALPRAZOLAM, 2 MG COMPRIMIDO BR0284465	4.000	COM	0,27	1.080,00
TOTAL					1.080,00
Lote: 14 - Lote 014					
Item	Especificações	Quant.	Unid.	Valor R\$ Unit. máximo	Valor R\$ máximo total
1	AMBROXOL, SAL CLORIDRATO, 3 MG/ML, XAROPE PEDIATRICO FRASCO 100 A 120 ML BR0446264	1.000	FR	3,97	3.970,00
TOTAL					3.970,00
Lote: 15 - Lote 015					
Item	Especificações	Quant.	Unid.	Valor R\$ Unit. máximo	Valor R\$ máximo total
1	AMBROXOL, SAL CLORIDRATO, 6 MG/ML, XAROPE ADULTO FRASCO 100 A 120 ML BR0446263	1.200	FR	4,05	4.860,00
TOTAL					4.860,00
Lote: 16 - Lote 016					
Item	Especificações	Quant.	Unid.	Valor R\$ Unit. máximo	Valor R\$ máximo total
1	AMICACINA SULFATO, 250 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA 2 ML BR0268381	100	AMP	7,13	713,00
TOTAL					713,00
Lote: 17 - Lote 017					
Item	Especificações	Quant.	Unid.	Valor R\$ Unit. máximo	Valor R\$ máximo total
1	AMINOFILINA, 100 MG COMPRIMIDO BR0267511	3.000	COM	0,08	240,00
TOTAL					240,00
Lote: 18 - Lote 018					
Item	Especificações	Quant.	Unid.	Valor R\$ Unit. máximo	Valor R\$ máximo total
1	AMINOFILINA, 24 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA 10 ML BR0292402	200	AMP	5,75	1.150,00
TOTAL					1.150,00
Lote: 19 - Lote 019					
Item	Especificações	Quant.	Unid.	Valor R\$ Unit. máximo	Valor R\$ máximo total
1	AMOXICILINA, 500 MG COMPRIMIDO BR0271089	15.000	COMP	0,36	5.400,00
TOTAL					5.400,00
Lote: 20 - Lote 020					
Item	Especificações	Quant.	Unid.	Valor R\$ Unit. máximo	Valor R\$ máximo total
1	AMPICILINA, 1 G, INJETÁVEL FRASCO-AMPOLA BR0268207	300	AMP	5,14	1.542,00
TOTAL					1.542,00
Lote: 21 - Lote 021					



M U N I C Í P I O D E
CONSELHEIRO MAIRINCK
ESTADO DO PARANÁ
PAÇO MUNICIPAL JOSÉ DA SILVA "DEDI"
Praça Otacílio Ferreira, nº82 – Telefone: 043 3561-1221
CNPJ: 75.968.412/0001-19
E-mail: prefeitura@conselheiomairinck.pr.gov.br

Item	Especificações	Quant.	Unid.	Valor R\$ Unit. máximo	Valor R\$ máximo total
1	ATENOLOL, 50 MG COMPRIMIDO BR0267517	15.000	COM	0,07	1.050,00
TOTAL					1.050,00
Lote: 22 - Lote 022					
Item	Especificações	Quant.	Unid.	Valor R\$ Unit. máximo	Valor R\$ máximo total
1	AZITROMICINA, 40 MG/ML, SUSPENSÃO ORAL FRASCO 15 ML BR0268949	800	FR	13,61	10.888,00
TOTAL					10.888,00
Lote: 23 - Lote 023					
Item	Especificações	Quant.	Unid.	Valor R\$ Unit. máximo	Valor R\$ máximo total
1	AZITROMICINA, 500 MG COMPRIMIDO BR0267140	12.000	COM	1,04	12.480,00
TOTAL					12.480,00
Lote: 24 - Lote 024					
Item	Especificações	Quant.	Unid.	Valor R\$ Unit. máximo	Valor R\$ máximo total
1	BACLOFENO, 10 MG COMPRIMIDO BR0271746	1.200	COM	0,24	288,00
TOTAL					288,00
Lote: 25 - Lote 025					
Item	Especificações	Quant.	Unid.	Valor R\$ Unit. máximo	Valor R\$ máximo total
1	BENZILPENICILINA, BENZATINA, 1.200.000 UI, INJETÁVEL FRASCO-AMPOLA BR0270612	1.200	AMP	9,06	10.872,00
TOTAL					10.872,00
Lote: 26 - Lote 026					
Item	Especificações	Quant.	Unid.	Valor R\$ Unit. máximo	Valor R\$ máximo total
1	BENZILPENICILINA, BENZATINA, 600.000 UI, INJETÁVEL FRASCO-AMPOLA BR0270613	800	AMP	11,04	8.832,00
TOTAL					8.832,00
Lote: 27 - Lote 027					
Item	Especificações	Quant.	Unid.	Valor R\$ Unit. máximo	Valor R\$ máximo total
1	BETAISTINA DICLORIDRATO, 16 MG COMPRIMIDO BR0267936	3.000	COM	0,38	1.140,00
TOTAL					1.140,00
Lote: 28 - Lote 028					
Item	Especificações	Quant.	Unid.	Valor R\$ Unit. máximo	Valor R\$ máximo total
1	BETAISTINA DICLORIDRATO, 24 MG COMPRIMIDO BR0343573	6.000	COM	0,48	2.880,00
TOTAL					2.880,00
Lote: 29 - Lote 029					
Item	Especificações	Quant.	Unid.	Valor R\$ Unit. máximo	Valor R\$ máximo total
1	BETAMETASONA, DIPROPIONATO, ASSOCIADA COM BETAMETASONA FOSFATO, 5 MG + 2 MG, INJETÁVEL AMPOLA 1 ML BR0270590	1.000	AMP	5,60	5.600,00
TOTAL					5.600,00
Lote: 30 - Lote 030					



M U N I C Í P I O D E
CONSELHEIRO MAIRINCK

ESTADO DO PARANÁ

PAÇO MUNICIPAL JOSÉ DA SILVA "DEDI"

Praça Otacílio Ferreira, nº82 – Telefone: 043 3561-1221

CNPJ: 75.968.412/0001-19

E-mail: prefeitura@conselheiomairinck.pr.gov.br

Item	Especificações	Quant.	Unid.	Valor R\$ Unit. máximo	Valor R\$ máximo total
1	BISACODIL, 5 MG COMPRIMIDO BR0269603	6.000	COM	0,18	1.080,00
TOTAL					1.080,00
Lote: 31 - Lote 031					
Item	Especificações	Quant.	Unid.	Valor R\$ Unit. máximo	Valor R\$ máximo total
1	BISOPROLOL FUMARATO, 2,5 MG COMPRIMIDO BR0362720	2.400	COM	1,02	2.448,00
TOTAL					2.448,00
Lote: 32 - Lote 032					
Item	Especificações	Quant.	Unid.	Valor R\$ Unit. máximo	Valor R\$ máximo total
1	BROMAZEPAM, 6 MG COMPRIMIDO BR0271774	15.000	COM	0,19	2.850,00
TOTAL					2.850,00
Lote: 33 - Lote 033					
Item	Especificações	Quant.	Unid.	Valor R\$ Unit. máximo	Valor R\$ máximo total
1	BROMOPRIDA, 10 MG COMPRIMIDO BR0269954	15.000	COM	0,30	4.500,00
TOTAL					4.500,00
Lote: 34 - Lote 034					
Item	Especificações	Quant.	Unid.	Valor R\$ Unit. máximo	Valor R\$ máximo total
1	BROMOPRIDA, 4 MG/ML, GOTAS FRASCO 20 ML BR0269956	800	FR	3,27	2.616,00
TOTAL					2.616,00
Lote: 35 - Lote 035					
Item	Especificações	Quant.	Unid.	Valor R\$ Unit. máximo	Valor R\$ máximo total
1	BROMOPRIDA, 5 MG/ML, INJETÁVEL AMPOLA 2 ML BR0269958	5.000	AMP	2,24	11.200,00
TOTAL					11.200,00
Lote: 36 - Lote 036					
Item	Especificações	Quant.	Unid.	Valor R\$ Unit. máximo	Valor R\$ máximo total
1	BUDESONIDA, 32 MCG/DOSE, SUSPENSÃO SPRAY FRASCO 120 DOSES BR0452913	150	FR	19,83	2.974,50
TOTAL					2.974,50
Lote: 37 - Lote 037					
Item	Especificações	Quant.	Unid.	Valor R\$ Unit. máximo	Valor R\$ máximo total
1	BUDESONIDA, 50 MCG/DOSE, SUSPENSÃO AQUOSA NASAL, FRASCO COM VÁLVULA DOSIFICADORA FRASCO 200 DOSES BR0403131	100	FR	37,30	3.730,00
TOTAL					3.730,00
Lote: 38 - Lote 038					
Item	Especificações	Quant.	Unid.	Valor R\$ Unit. máximo	Valor R\$ máximo total
1	CAPTOPRIL, 25 MG COMPRIMIDO BR0267613	20.000	COM	0,04	800,00
TOTAL					800,00
Lote: 39 - Lote 039					



M U N I C Í P I O D E
CONSELHEIRO MAIRINCK

ESTADO DO PARANÁ

PAÇO MUNICIPAL JOSÉ DA SILVA "DEDI"

Praça Otacílio Ferreira, nº82 – Telefone: 043 3561-1221

CNPJ: 75.968.412/0001-19

E-mail: prefeitura@conselheiomairinck.pr.gov.br

Item	Especificações	Quant.	Unid.	Valor R\$ Unit. máximo	Valor R\$ máximo total
1	CARBAMAZEPINA, 20 MG/ML, SUSPENSÃO ORAL FRASCO 100 ML BR0272454	120	FR	12,21	1.465,20
TOTAL					1.465,20
Lote: 40 - Lote 040					
Item	Especificações	Quant.	Unid.	Valor R\$ Unit. máximo	Valor R\$ máximo total
1	CARBAMAZEPINA, 200 MG COMPRIMIDO BR0267618	25.000	COM	0,26	6.500,00
TOTAL					6.500,00
Lote: 41 - Lote 041					
Item	Especificações	Quant.	Unid.	Valor R\$ Unit. máximo	Valor R\$ máximo total
1	CARBONATO DE LÍTIO, 300 MG COMPRIMIDO BR0267621	6.000	COM	0,44	2.640,00
TOTAL					2.640,00
Lote: 42 - Lote 042					
Item	Especificações	Quant.	Unid.	Valor R\$ Unit. máximo	Valor R\$ máximo total
1	CARMELOSE SÓDICA, 5 MG/ML, SOLUÇÃO OFTÁLMICA FRASCO 10 ML BR0305428	120	FR	19,21	2.305,20
TOTAL					2.305,20
Lote: 43 - Lote 043					
Item	Especificações	Quant.	Unid.	Valor R\$ Unit. máximo	Valor R\$ máximo total
1	CARVEDILOL, 12,5 MG COMPRIMIDO BR0267564	6.000	COM	0,15	900,00
TOTAL					900,00
Lote: 44 - Lote 044					
Item	Especificações	Quant.	Unid.	Valor R\$ Unit. máximo	Valor R\$ máximo total
1	CARVEDILOL, 25 MG COMPRIMIDO BR0267567	8.000	COM	0,18	1.440,00
TOTAL					1.440,00
Lote: 45 - Lote 045					
Item	Especificações	Quant.	Unid.	Valor R\$ Unit. máximo	Valor R\$ máximo total
1	CARVEDILOL, 3,125 MG COMPRIMIDO BR0267566	4.000	COM	0,14	560,00
TOTAL					560,00
Lote: 46 - Lote 046					
Item	Especificações	Quant.	Unid.	Valor R\$ Unit. máximo	Valor R\$ máximo total
1	CARVEDILOL, 6,25 MG COMPRIMIDO BR0267565	6.000	COM	0,19	1.140,00
TOTAL					1.140,00
Lote: 47 - Lote 047					
Item	Especificações	Quant.	Unid.	Valor R\$ Unit. máximo	Valor R\$ máximo total
1	CEFALEXINA, 25 MG/ML, PÓ PARA SUSPENSÃO ORAL FRASCO 100 ML BR0327792	400	FR	14,73	5.892,00
TOTAL					5.892,00
Lote: 48 - Lote 048					
Item	Especificações	Quant.	Unid.	Valor R\$ Unit. máximo	Valor R\$ máximo total



M U N I C Í P I O D E
CONSELHEIRO MAIRINCK

ESTADO DO PARANÁ

PAÇO MUNICIPAL JOSÉ DA SILVA "DEDI"

Praça Otacílio Ferreira, nº82 – Telefone: 043 3561-1221

CNPJ: 75.968.412/0001-19

E-mail: prefeitura@conselhoirmairinck.pr.gov.br

1	CEFALEXINA, 500 MG COMPRIMIDO BR0267625	15.000	COM	1,00	15.000,00
TOTAL					15.000,00
Lote: 49 - Lote 049					
Item	Especificações	Quant.	Unid.	Valor R\$ Unit. máximo	Valor R\$ máximo total
1	CEFALOTINA SÓDICA, 1 G, PÓ LIÓFILO PARA INJETÁVEL FRASCO-AMPOLA BR0460699	300	AMP	6,39	1.917,00
TOTAL					1.917,00
Lote: 50 - Lote 050					
Item	Especificações	Quant.	Unid.	Valor R\$ Unit. máximo	Valor R\$ máximo total
1	CEFTRIAXONA SÓDICA, 1 G, PÓ PARA SOLUÇÃO INJETÁVEL FRASCO-AMPOLA BR0442701	5.000	AMP	5,49	27.450,00
TOTAL					27.450,00
Lote: 51 - Lote 051					
Item	Especificações	Quant.	Unid.	Valor R\$ Unit. máximo	Valor R\$ máximo total
1	CEFTRIAXONA SÓDICA, 500 MG, PÓ PARA SOLUÇÃO INJETÁVEL FRASCO-AMPOLA BR0442703	1.000	AMP	10,27	10.270,00
TOTAL					10.270,00
Lote: 52 - Lote 052					
Item	Especificações	Quant.	Unid.	Valor R\$ Unit. máximo	Valor R\$ máximo total
1	CETOCONAZOL, 20 MG/G, CREME TÓPICO BSNAGA 30 G BR0308736	300	BSNG	5,49	1.647,00
TOTAL					1.647,00
Lote: 53 - Lote 053					
Item	Especificações	Quant.	Unid.	Valor R\$ Unit. máximo	Valor R\$ máximo total
1	CETOCONAZOL, 200 MG COMPRIMIDO BR0267151	3.000	COMP	0,38	1.140,00
TOTAL					1.140,00
Lote: 54 - Lote 054					
Item	Especificações	Quant.	Unid.	Valor R\$ Unit. máximo	Valor R\$ máximo total
1	CETOPROFENO, 100 MG, PÓ LIÓFILO PARA INJETÁVEL FRASCO-AMPOLA BR0448844	5.000	AMP	4,92	24.600,00
TOTAL					24.600,00
Lote: 55 - Lote 055					
Item	Especificações	Quant.	Unid.	Valor R\$ Unit. máximo	Valor R\$ máximo total
1	CETOPROFENO, 50 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA 2 ML BR0448845	5.000	AMP	2,00	10.000,00
TOTAL					10.000,00
Lote: 56 - Lote 056					
Item	Especificações	Quant.	Unid.	Valor R\$ Unit. máximo	Valor R\$ máximo total
1	CIANOCOBALAMINA, ASSOCIADA COM PIRIDOXINA E TIAMINA, 5 MG + 100 MG + 100 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL CONJUNTO BR0401890	600	AMP	8,79	5.274,00
TOTAL					5.274,00
Lote: 57 - Lote 057					



M U N I C Í P I O D E
CONSELHEIRO MAIRINCK

ESTADO DO PARANÁ

PAÇO MUNICIPAL JOSÉ DA SILVA "DEDI"

Praça Otacílio Ferreira, nº82 – Telefone: 043 3561-1221

CNPJ: 75.968.412/0001-19

E-mail: prefeitura@conselheiomairinck.pr.gov.br

Item	Especificações	Quant.	Unid.	Valor R\$ Unit. máximo	Valor R\$ máximo total
1	CICLOBENZAPRINA CLORIDRATO, 10 MG COMPRIMIDO BR0282313	20.000	COMP	0,20	4.000,00
TOTAL					4.000,00
Lote: 58 - Lote 058					
Item	Especificações	Quant.	Unid.	Valor R\$ Unit. máximo	Valor R\$ máximo total
1	CICLOBENZAPRINA CLORIDRATO, 5 MG COMPRIMIDO BR0272166	20.000	UNID	0,14	2.800,00
TOTAL					2.800,00
Lote: 59 - Lote 059					
Item	Especificações	Quant.	Unid.	Valor R\$ Unit. máximo	Valor R\$ máximo total
1	CILOSTAZOL, 100 MG COMPRIMIDO BR0276378	6.000	COM	0,66	3.960,00
TOTAL					3.960,00
Lote: 60 - Lote 060					
Item	Especificações	Quant.	Unid.	Valor R\$ Unit. máximo	Valor R\$ máximo total
1	CILOSTAZOL, 50 MG COMPRIMIDO BR0276377	3.000	COM	0,37	1.110,00
TOTAL					1.110,00
Lote: 61 - Lote 061					
Item	Especificações	Quant.	Unid.	Valor R\$ Unit. máximo	Valor R\$ máximo total
1	CIMETIDINA, 150 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA 2 ML BR0340167	1.200	AMP	1,59	1.908,00
TOTAL					1.908,00
Lote: 62 - Lote 062					
Item	Especificações	Quant.	Unid.	Valor R\$ Unit. máximo	Valor R\$ máximo total
1	CIPROFIBRATO, 100 MG COMPRIMIDO BR0308738	10.000	COM	0,45	4.500,00
TOTAL					4.500,00
Lote: 63 - Lote 063					
Item	Especificações	Quant.	Unid.	Valor R\$ Unit. máximo	Valor R\$ máximo total
1	CIPROFLOXACINO CLORIDRATO, 2 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL FRASCO 200 ML BR0292418	300	COM	39,57	11.871,00
TOTAL					11.871,00
Lote: 64 - Lote 064					
Item	Especificações	Quant.	Unid.	Valor R\$ Unit. máximo	Valor R\$ máximo total
1	CIPROFLOXACINO CLORIDRATO, 500 MG COMPRIMIDO BR0267632	10.000	UNID	0,40	4.000,00
TOTAL					4.000,00
Lote: 65 - Lote 065					
Item	Especificações	Quant.	Unid.	Valor R\$ Unit. máximo	Valor R\$ máximo total
1	CITALOPRAM, 20 MG COMPRIMIDO BR0272903	15.000	COM	0,20	3.000,00
TOTAL					3.000,00
Lote: 66 - Lote 066					
Item	Especificações	Quant.	Unid.	Valor R\$ Unit. máximo	Valor R\$ máximo total



M U N I C Í P I O D E
CONSELHEIRO MAIRINCK

ESTADO DO PARANÁ

PAÇO MUNICIPAL JOSÉ DA SILVA "DEDI"

Praça Otacílio Ferreira, nº82 – Telefone: 043 3561-1221

CNPJ: 75.968.412/0001-19

E-mail: prefeitura@conselheiomairinck.pr.gov.br

1	CLARITROMICINA, 500 MG COMPRIMIDO BR0268439	5.000	COM	2,60	13.000,00
TOTAL					13.000,00
Lote: 67 - Lote 067					
Item	Especificações	Quant.	Unid.	Valor R\$ Unit. máximo	Valor R\$ máximo total
1	CLINDAMICINA, 150 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA 4 ML BR0292419	300	AMP	4,71	1.413,00
TOTAL					1.413,00
Lote: 68 - Lote 068					
Item	Especificações	Quant.	Unid.	Valor R\$ Unit. máximo	Valor R\$ máximo total
1	CLONAZEPAM, 2 MG COMPRIMIDO BR0270119	30.000	COM	0,08	2.400,00
TOTAL					2.400,00
Lote: 69 - Lote 069					
Item	Especificações	Quant.	Unid.	Valor R\$ Unit. máximo	Valor R\$ máximo total
1	CLONAZEPAM, 2,5 MG/ML, SOLUÇÃO ORAL - GOTAS FRASCO 20 ML BR0270120	800	FR	3,03	2.424,00
TOTAL					2.424,00
Lote: 70 - Lote 070					
Item	Especificações	Quant.	Unid.	Valor R\$ Unit. máximo	Valor R\$ máximo total
1	CLOPIDOGREL, 75 MG COMPRIMIDO BR0272045	20.000	COM	0,44	8.800,00
TOTAL					8.800,00
Lote: 71 - Lote 071					
Item	Especificações	Quant.	Unid.	Valor R\$ Unit. máximo	Valor R\$ máximo total
1	CLORETO DE POTÁSSIO, 19,1%, SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA 10 ML BR0267162	500	AMP	0,59	295,00
TOTAL					295,00
Lote: 72 - Lote 072					
Item	Especificações	Quant.	Unid.	Valor R\$ Unit. máximo	Valor R\$ máximo total
1	CLORETO DE SÓDIO, 0,9 %, SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA 10 ML BR0448699	1.000	AMP	0,68	680,00
TOTAL					680,00
Lote: 73 - Lote 073					
Item	Especificações	Quant.	Unid.	Valor R\$ Unit. máximo	Valor R\$ máximo total
1	CLORETO DE SÓDIO, 20%, SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA 10 ML BR0267574	500	AMP	0,57	285,00
TOTAL					285,00
Lote: 74 - Lote 074					
Item	Especificações	Quant.	Unid.	Valor R\$ Unit. máximo	Valor R\$ máximo total
1	CLORPROMAZINA, 100 MG COMPRIMIDO BR0267638	6.000	COM	0,52	3.120,00
TOTAL					3.120,00
Lote: 75 - Lote 075					
Item	Especificações	Quant.	Unid.	Valor R\$ Unit. máximo	Valor R\$ máximo total



M U N I C Í P I O D E
CONSELHEIRO MAIRINCK

ESTADO DO PARANÁ

PAÇO MUNICIPAL JOSÉ DA SILVA "DEDI"

Praça Otacílio Ferreira, nº82 – Telefone: 043 3561-1221

CNPJ: 75.968.412/0001-19

E-mail: prefeitura@conselheiomairinck.pr.gov.br

1	CLORPROMAZINA, 5 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA 5 ML BR0268069	200	AMP	2,00	400,00
TOTAL					400,00
Lote: 76 - Lote 076					
Item	Especificações	Quant.	Unid.	Valor R\$ Unit. máximo	Valor R\$ máximo total
1	CODEÍNA, 30 MG COMPRIMIDO BR0272782	1.500	COM	1,66	2.490,00
TOTAL					2.490,00
Lote: 77 - Lote 077					
Item	Especificações	Quant.	Unid.	Valor R\$ Unit. máximo	Valor R\$ máximo total
1	COLAGENASE, ASSOCIADA COM CLORANFENICOL, 0,6 UI + 1%, POMADA BISNAGA 30 G BR0270495	1.000	BSNG	20,37	20.370,00
TOTAL					20.370,00
Lote: 78 - Lote 078					
Item	Especificações	Quant.	Unid.	Valor R\$ Unit. máximo	Valor R\$ máximo total
1	DEXAMETASONA, 4 MG COMPRIMIDO BR0269388	3.000	COM	0,27	810,00
TOTAL					810,00
Lote: 79 - Lote 079					
Item	Especificações	Quant.	Unid.	Valor R\$ Unit. máximo	Valor R\$ máximo total
1	DEXAMETASONA, 4 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA 2,50 ML BR0292427	8.000	COM	1,91	15.280,00
TOTAL					15.280,00
Lote: 80 - Lote 080					
Item	Especificações	Quant.	Unid.	Valor R\$ Unit. máximo	Valor R\$ máximo total
1	DEXCLORFENIRAMINA MALEATO, 0,4 MG/ML, XAROPE FRASCO 120 ML BR0298454	600	FR	2,60	1.560,00
TOTAL					1.560,00
Lote: 81 - Lote 081					
Item	Especificações	Quant.	Unid.	Valor R\$ Unit. máximo	Valor R\$ máximo total
1	DEXCLORFENIRAMINA MALEATO, 2 MG COMPRIMIDO BR0267645	20.000	COM	0,07	1.400,00
TOTAL					1.400,00
Lote: 82 - Lote 082					
Item	Especificações	Quant.	Unid.	Valor R\$ Unit. máximo	Valor R\$ máximo total
1	DEXCLORFENIRAMINA MALEATO, ASSOCIADA À BETAMETASONA, 0,4 MG + 0,05 MG/ ML, XAROPE FRASCO 100 ML OU 120 ML BR0393870	600	FR	4,98	2.988,00
TOTAL					2.988,00
Lote: 83 - Lote 083					
Item	Especificações	Quant.	Unid.	Valor R\$ Unit. máximo	Valor R\$ máximo total
1	DIAZEPAM, 10 MG COMPRIMIDO BR0267197	10.000	COM	0,08	800,00
TOTAL					800,00
Lote: 84 - Lote 084					



M U N I C Í P I O D E
CONSELHEIRO MAIRINCK

ESTADO DO PARANÁ

PAÇO MUNICIPAL JOSÉ DA SILVA "DEDI"

Praça Otacílio Ferreira, nº82 – Telefone: 043 3561-1221

CNPJ: 75.968.412/0001-19

E-mail: prefeitura@conselheiomairinck.pr.gov.br

Item	Especificações	Quant.	Unid.	Valor R\$ Unit. máximo	Valor R\$ máximo total
1	DIAZEPAM, 10 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA 1 ML BR0395147	2.000	AMP	1,10	2.200,00
TOTAL					2.200,00
Lote: 85 - Lote 085					
Item	Especificações	Quant.	Unid.	Valor R\$ Unit. máximo	Valor R\$ máximo total
1	DIAZEPAM, 5 MG COMPRIMIDO BR0267195	20.000	COM	0,09	1.800,00
TOTAL					1.800,00
Lote: 86 - Lote 086					
Item	Especificações	Quant.	Unid.	Valor R\$ Unit. máximo	Valor R\$ máximo total
1	DICLOFENACO, SAL DIETILAMÔNIO, 10 MG/G, GEL BSNAGA 60 G BR0448612 BR0271003	350	BSNG	5,47	1.914,50
TOTAL					1.914,50
Lote: 87 - Lote 087					
Item	Especificações	Quant.	Unid.	Valor R\$ Unit. máximo	Valor R\$ máximo total
1	DICLOFENACO, SAL RESINATO, 15 MG/ML, SUSPENSÃO ORAL -FR GOTAS FRASCO 20 ML BR0352319	500	FR	6,94	3.470,00
TOTAL					3.470,00
Lote: 88 - Lote 088					
Item	Especificações	Quant.	Unid.	Valor R\$ Unit. máximo	Valor R\$ máximo total
1	DICLOFENACO, SAL SÓDICO, 25 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA 3 ML BR0271003	4.000	AMP	1,15	4.600,00
TOTAL					4.600,00
Lote: 89 - Lote 089					
Item	Especificações	Quant.	Unid.	Valor R\$ Unit. máximo	Valor R\$ máximo total
1	DICLOFENACO, SAL SÓDICO, 50 MG COMPRIMIDO BR0271000	50.000	AMP	0,08	4.000,00
TOTAL					4.000,00
Lote: 90 - Lote 090					
Item	Especificações	Quant.	Unid.	Valor R\$ Unit. máximo	Valor R\$ máximo total
1	DIMENIDRINATO, APRESENTAÇÃO: ASSOCIADO COM PIRIDOXINA CLORIDRATO, DOSAGEM: 50MG+10MG COMPRIMIDO BR0272333	5.000	COM	0,88	4.400,00
TOTAL					4.400,00
Lote: 91 - Lote 091					
Item	Especificações	Quant.	Unid.	Valor R\$ Unit. máximo	Valor R\$ máximo total
1	DIOSMINA, ASSOCIADA À HESPERIDINA, 450 MG + 50 MG COMPRIMIDO BR0273818	20.000	COM	0,76	15.200,00
TOTAL					15.200,00
Lote: 92 - Lote 092					
Item	Especificações	Quant.	Unid.	Valor R\$ Unit. máximo	Valor R\$ máximo total
1	DIPIRONA SÓDICA, 500 MG COMPRIMIDO BR0267203	30.000	COM	0,20	6.000,00



M U N I C Í P I O D E
CONSELHEIRO MAIRINCK

ESTADO DO PARANÁ

PAÇO MUNICIPAL JOSÉ DA SILVA "DEDI"

Praça Otacílio Ferreira, nº82 – Telefone: 043 3561-1221

CNPJ: 75.968.412/0001-19

E-mail: prefeitura@conselheiomairinck.pr.gov.br

						TOTAL	6.000,00
Lote: 93 - Lote 093							
Item	Especificações	Quant.	Unid.	Valor R\$ Unit. máximo	Valor R\$ máximo total		
1	DIPIRONA SÓDICA, 500 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA 2 ML BR0268252	10.000	AMP	1,47	14.700,00		
						TOTAL	14.700,00
Lote: 94 - Lote 094							
Item	Especificações	Quant.	Unid.	Valor R\$ Unit. máximo	Valor R\$ máximo total		
1	DOBUTAMINA CLORIDRATO, 12,5 MG/ML, INJETÁVEL AMPOLA 20 ML BR0268446	100	AMP	8,39	839,00		
						TOTAL	839,00
Lote: 95 - Lote 095							
Item	Especificações	Quant.	Unid.	Valor R\$ Unit. máximo	Valor R\$ máximo total		
1	DOXAZOSINA MESILATO, 2 MG COMPRIMIDO BR0268493	10.000	COM	0,11	1.100,00		
						TOTAL	1.100,00
Lote: 96 - Lote 096							
Item	Especificações	Quant.	Unid.	Valor R\$ Unit. máximo	Valor R\$ máximo total		
1	DULOXETINA, 30 MG, MICROGRÂNULOS DE LIBERAÇÃO LENTA CÁPSULA BR0302442	3.600	CAPS	2,14	7.704,00		
						TOTAL	7.704,00
Lote: 97 - Lote 097							
Item	Especificações	Quant.	Unid.	Valor R\$ Unit. máximo	Valor R\$ máximo total		
1	DULOXETINA, 60 MG, MICROGRÂNULOS DE LIBERAÇÃO LENTA CÁPSULA BR0302443	3.600	CAPS	3,19	11.484,00		
TOTAL						11.484,00	
Lote: 98 - Lote 098							
Item	Especificações	Quant.	Unid.	Valor R\$ Unit. máximo	Valor R\$ máximo total		
1	ENALAPRIL MALEATO, 10 MG COMPRIMIDO BR0267651	12.000	COM	0,04	480,00		
						TOTAL	480,00
Lote: 99 - Lote 099							
Item	Especificações	Quant.	Unid.	Valor R\$ Unit. máximo	Valor R\$ máximo total		
1	ENALAPRIL MALEATO, 20 MG COMPRIMIDO BR0267652	15.000	COM	0,06	900,00		
						TOTAL	900,00
Lote: 100 - Lote 100							
Item	Especificações	Quant.	Unid.	Valor R\$ Unit. máximo	Valor R\$ máximo total		
1	ENOXAPARINA, 100 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL, SERINGA PREENCHIDA SERINGA 0,40 ML BR0448982	100	AMP	20,28	2.028,00		
						TOTAL	2.028,00
Lote: 101 - Lote 101							
Item	Especificações	Quant.	Unid.	Valor R\$ Unit. máximo	Valor R\$ máximo total		



M U N I C Í P I O D E
CONSELHEIRO MAIRINCK

ESTADO DO PARANÁ

PAÇO MUNICIPAL JOSÉ DA SILVA "DEDI"

Praça Otacílio Ferreira, nº82 – Telefone: 043 3561-1221

CNPJ: 75.968.412/0001-19

E-mail: prefeitura@conselheiomairinck.pr.gov.br

1	ESCITALOPRAM OXALATO, 10 MG COMPRIMIDO BR0291770	15.000	COM	0,27	4.050,00
TOTAL					4.050,00
Lote: 102 - Lote 102					
Item	Especificações	Quant.	Unid.	Valor R\$ Unit. máximo	Valor R\$ máximo total
1	ESCITALOPRAM OXALATO, 20 MG COMPRIMIDO BR0291771	8.000	COM	0,53	4.240,00
TOTAL					4.240,00
Lote: 103 - Lote 103					
Item	Especificações	Quant.	Unid.	Valor R\$ Unit. máximo	Valor R\$ máximo total
1	ESCOPOLAMINA BUTILBROMETO, 10 MG COMPRIMIDO BR0267283	10.000	COM	1,06	10.600,00
TOTAL					10.600,00
Lote: 104 - Lote 104					
Item	Especificações	Quant.	Unid.	Valor R\$ Unit. máximo	Valor R\$ máximo total
1	ESCOPOLAMINA BUTILBROMETO, 20 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA 1 ML BR0267282	3.000	UNID	1,25	3.750,00
TOTAL					3.750,00
Lote: 105 - Lote 105					
Item	Especificações	Quant.	Unid.	Valor R\$ Unit. máximo	Valor R\$ máximo total
1	ESCOPOLAMINA BUTILBROMETO, APRESENTAÇÃO: ASSOCIADA COM DIPIRONA SÓDICA DOSAGEM:10MG + 250MG. UNIDADE DE FORNECIMENTO: COMPRIMIDO BR0270620	25.000	COM	0,44	11.000,00
TOTAL					11.000,00
Lote: 106 - Lote 106					
Item	Especificações	Quant.	Unid.	Valor R\$ Unit. máximo	Valor R\$ máximo total
1	ESCOPOLAMINA BUTILBROMETO, ASSOCIADA COM DIPIRONA SÓDICA, 4 MG + 500 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA 5 ML BR0270621	5.000	AMP	2,30	11.500,00
TOTAL					11.500,00
Lote: 107 - Lote 107					
Item	Especificações	Quant.	Unid.	Valor R\$ Unit. máximo	Valor R\$ máximo total
1	ESCOPOLAMINA BUTILBROMETO, ASSOCIADA COM DIPIRONA SÓDICA, 6,67 MG + 333 MG/ML, SOLUÇÃO ORAL FRASCO 20 ML BR0270622	1.500	AMP	8,71	13.065,00
TOTAL					13.065,00
Lote: 108 - Lote 108					
Item	Especificações	Quant.	Unid.	Valor R\$ Unit. máximo	Valor R\$ máximo total
1	ESPIRONOLACTONA, 25 MG COMPRIMIDO BR0267653	8.000	COM	0,33	2.640,00
TOTAL					2.640,00
Lote: 109 - Lote 109					
Item	Especificações	Quant.	Unid.	Valor R\$ Unit. máximo	Valor R\$ máximo total



M U N I C Í P I O D E
CONSELHEIRO MAIRINCK

ESTADO DO PARANÁ

PAÇO MUNICIPAL JOSÉ DA SILVA "DEDI"

Praça Otacílio Ferreira, nº82 – Telefone: 043 3561-1221

CNPJ: 75.968.412/0001-19

E-mail: prefeitura@conselheiomairinck.pr.gov.br

1	ESTRADIOL, VALERATO ASSOCIADO COM NORETISTERONA ENANTATO, 5 MG + 50 MG + 50 MG/1 ML, INJETÁVEL AMPOLA 1 ML BR0270846	200	AMP	21,65	4.330,00
TOTAL					4.330,00
Lote: 110 - Lote 110					
Item	Especificações	Quant.	Unid.	Valor R\$ Unit. máximo	Valor R\$ máximo total
1	ETOMIDATO, DOSAGEM: 2MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL BR0270116	50	AMP	16,69	834,50
TOTAL					834,50
Lote: 111 - Lote 111					
Item	Especificações	Quant.	Unid.	Valor R\$ Unit. máximo	Valor R\$ máximo total
1	FENITOÍNA SÓDICA, 100 MG COMPRIMIDO BR0267657	10.000	COM	0,24	2.400,00
TOTAL					2.400,00
Lote: 112 - Lote 112					
Item	Especificações	Quant.	Unid.	Valor R\$ Unit. máximo	Valor R\$ máximo total
1	FENITOÍNA SÓDICA, 50 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA 5 ML BR0267107	100	AMP	3,15	315,00
TOTAL					315,00
Lote: 113 - Lote 113					
Item	Especificações	Quant.	Unid.	Valor R\$ Unit. máximo	Valor R\$ máximo total
1	FENOBARBITAL SÓDICO, 100 MG COMPRIMIDO BR0267660	8.000	CAPS	0,21	1.680,00
TOTAL					1.680,00
Lote: 114 - Lote 114					
Item	Especificações	Quant.	Unid.	Valor R\$ Unit. máximo	Valor R\$ máximo total
1	FINASTERIDA, 5 MG COMPRIMIDO BR0275963	10.000	COM	0,53	5.300,00
TOTAL					5.300,00
Lote: 115 - Lote 115					
Item	Especificações	Quant.	Unid.	Valor R\$ Unit. máximo	Valor R\$ máximo total
1	FLUCONAZOL, 150 MG CÁPSULA BR0267662	500	COM	0,58	290,00
TOTAL					290,00
Lote: 116 - Lote 116					
Item	Especificações	Quant.	Unid.	Valor R\$ Unit. máximo	Valor R\$ máximo total
1	FLUCONAZOL, 2 MG/ML, INJETÁVEL BOLSA 100 ML BR0271116	250	FR	13,24	3.310,00
TOTAL					3.310,00
Lote: 117 - Lote 117					
Item	Especificações	Quant.	Unid.	Valor R\$ Unit. máximo	Valor R\$ máximo total
1	FLUMAZENIL, 0,1 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA 5 ML BR0268510	200	AMP	9,52	1.904,00
TOTAL					1.904,00
Lote: 118 - Lote 118					



M U N I C Í P I O D E
CONSELHEIRO MAIRINCK

ESTADO DO PARANÁ

PAÇO MUNICIPAL JOSÉ DA SILVA "DEDI"

Praça Otacílio Ferreira, nº82 – Telefone: 043 3561-1221

CNPJ: 75.968.412/0001-19

E-mail: prefeitura@conselheiomairinck.pr.gov.br

Item	Especificações	Quant.	Unid.	Valor R\$ Unit. máximo	Valor R\$ máximo total
1	FLUNARIZINA DICLORIDRATO, 10 MG CÁPSULA BR0272478	15.000	FR	0,13	1.950,00
TOTAL					1.950,00
Lote: 119 - Lote 119					
Item	Especificações	Quant.	Unid.	Valor R\$ Unit. máximo	Valor R\$ máximo total
1	FOSFATO DE SÓDIO, ENEMA, FOSFATO MONOBÁSICO 16% + FOSFATO DIBÁSICO 6% FRASCO 130 ML BR0267328	100	AMP	12,42	1.242,00
TOTAL					1.242,00
Lote: 120 - Lote 120					
Item	Especificações	Quant.	Unid.	Valor R\$ Unit. máximo	Valor R\$ máximo total
1	FUROSEMIDA, 10 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA 2 ML BR0267666	400	COM	1,32	528,00
TOTAL					528,00
Lote: 121 - Lote 121					
Item	Especificações	Quant.	Unid.	Valor R\$ Unit. máximo	Valor R\$ máximo total
1	FUROSEMIDA, 40 MG COMPRIMIDO BR0267663	12.000	AMP	0,07	840,00
TOTAL					840,00
Lote: 122 - Lote 122					
Item	Especificações	Quant.	Unid.	Valor R\$ Unit. máximo	Valor R\$ máximo total
1	GENTAMICINA, 80 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA 2 ML BR0269759	400	AMP	1,44	576,00
TOTAL					576,00
Lote: 123 - Lote 123					
Item	Especificações	Quant.	Unid.	Valor R\$ Unit. máximo	Valor R\$ máximo total
1	GLICOSE, 25%, SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA 10 ML BR0267540	1.000	AMP	0,63	630,00
TOTAL					630,00
Lote: 124 - Lote 124					
Item	Especificações	Quant.	Unid.	Valor R\$ Unit. máximo	Valor R\$ máximo total
1	GLICOSE, 50%, SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA 10 ML BR0267541	1.000	AMP	0,74	740,00
TOTAL					740,00
Lote: 125 - Lote 125					
Item	Especificações	Quant.	Unid.	Valor R\$ Unit. máximo	Valor R\$ máximo total
1	GLIMEPIRIDA, 2 MG COMPRIMIDO BR0273119	4.000	COM	0,15	600,00
TOTAL					600,00
Lote: 126 - Lote 126					
Item	Especificações	Quant.	Unid.	Valor R\$ Unit. máximo	Valor R\$ máximo total
1	HALOPERIDOL, 1 MG COMPRIMIDO BR0267670	3.000	COM	0,25	750,00
TOTAL					750,00
Lote: 127 - Lote 127					



M U N I C Í P I O D E
CONSELHEIRO MAIRINCK

ESTADO DO PARANÁ

PAÇO MUNICIPAL JOSÉ DA SILVA "DEDI"

Praça Otacílio Ferreira, nº82 – Telefone: 043 3561-1221

CNPJ: 75.968.412/0001-19

E-mail: prefeitura@conselheiomairinck.pr.gov.br

Item	Especificações	Quant.	Unid.	Valor R\$ Unit. máximo	Valor R\$ máximo total
1	HALOPERIDOL, 5 MG COMPRIMIDO BR0267669	6.000	COM	0,51	3.060,00
TOTAL					3.060,00
Lote: 128 - Lote 128					
Item	Especificações	Quant.	Unid.	Valor R\$ Unit. máximo	Valor R\$ máximo total
1	HALOPERIDOL, 5 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA 1 ML BR0292196	100	AMP	2,98	298,00
TOTAL					298,00
Lote: 129 - Lote 129					
Item	Especificações	Quant.	Unid.	Valor R\$ Unit. máximo	Valor R\$ máximo total
1	HALOPERIDOL, SAL DECANOATO, 50 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA 1 ML BR0292194	50	AMP	9,26	463,00
TOTAL					463,00
Lote: 130 - Lote 130					
Item	Especificações	Quant.	Unid.	Valor R\$ Unit. máximo	Valor R\$ máximo total
1	HEPARINA SÓDICA, 5.000UI/ML, INJETÁVEL FRASCO 5 ML BR0272796	100	AMP	28,14	2.814,00
TOTAL					2.814,00
Lote: 131 - Lote 131					
Item	Especificações	Quant.	Unid.	Valor R\$ Unit. máximo	Valor R\$ máximo total
1	HIDROCLOROTIAZIDA, 25 MG COMPRIMIDO BR0267674	20.000	COM	0,04	800,00
TOTAL					800,00
Lote: 132 - Lote 132					
Item	Especificações	Quant.	Unid.	Valor R\$ Unit. máximo	Valor R\$ máximo total
1	HIDROCORTISONA, 100 MG, INJETÁVEL FRASCO-AMPOLA BR0270220	300	AMP	4,33	1.299,00
TOTAL					1.299,00
Lote: 133 - Lote 133					
Item	Especificações	Quant.	Unid.	Valor R\$ Unit. máximo	Valor R\$ máximo total
1	HIDROCORTISONA, 500 MG, INJETÁVEL FRASCO-AMPOLA BR0270219	800	AMP	7,23	5.784,00
TOTAL					5.784,00
Lote: 134 - Lote 134					
Item	Especificações	Quant.	Unid.	Valor R\$ Unit. máximo	Valor R\$ máximo total
1	HIDRÓXIDO DE ALUMÍNIO, 60 MG/ML, SUSPENSÃO ORAL FRASCO 150 ML BR0433257	250	FR	4,74	1.185,00
TOTAL					1.185,00
Lote: 135 - Lote 135					
Item	Especificações	Quant.	Unid.	Valor R\$ Unit. máximo	Valor R\$ máximo total
1	IBUPROFENO, 50 MG/ML, SUSPENSÃO ORAL FRASCO 30 ML BR0332755	1.500	FR	2,95	4.425,00
TOTAL					4.425,00



M U N I C Í P I O D E
CONSELHEIRO MAIRINCK

ESTADO DO PARANÁ

PAÇO MUNICIPAL JOSÉ DA SILVA "DEDI"

Praça Otacílio Ferreira, nº82 – Telefone: 043 3561-1221

CNPJ: 75.968.412/0001-19

E-mail: prefeitura@conselheiomairinck.pr.gov.br

Lote: 136 - Lote 136					
Item	Especificações	Quant.	Unid.	Valor R\$ Unit. máximo	Valor R\$ máximo total
1	IBUPROFENO, 600 MG COMPRIMIDO BR0267676	25.000	COM	0,29	7.250,00
TOTAL					7.250,00
Lote: 137 - Lote 137					
Item	Especificações	Quant.	Unid.	Valor R\$ Unit. máximo	Valor R\$ máximo total
1	IMIPRAMINA, CLORIDRATO, 25 MG COMPRIMIDO BR0267292	4.000	COM	0,53	2.120,00
TOTAL					2.120,00
Lote: 138 - Lote 138					
Item	Especificações	Quant.	Unid.	Valor R\$ Unit. máximo	Valor R\$ máximo total
1	IPRATRÓPIO BROMETO, 0,25 MG/ML, SOLUÇÃO PARA INALAÇÃO FRASCO 20 ML BR0268331	400	FR	1,80	720,00
TOTAL					720,00
Lote: 139 - Lote 139					
Item	Especificações	Quant.	Unid.	Valor R\$ Unit. máximo	Valor R\$ máximo total
1	IVERMECTINA, 6 MG COMPRIMIDO BR0376767	10.000	COM	0,74	7.400,00
TOTAL					7.400,00
Lote: 140 - Lote 140					
Item	Especificações	Quant.	Unid.	Valor R\$ Unit. máximo	Valor R\$ máximo total
1	LACTULOSE, 667 MG/ML, XAROPE FRASCO 120 ML BR0383750	250	FR	7,79	1.947,50
TOTAL					1.947,50
Lote: 141 - Lote 141					
Item	Especificações	Quant.	Unid.	Valor R\$ Unit. máximo	Valor R\$ máximo total
1	LEVODOPA, ASSOCIADA À BENSERAZIDA, 100 MG + 25 MG COMPRIMIDO BR0433280	2.000	COM	1,99	3.980,00
TOTAL					3.980,00
Lote: 142 - Lote 142					
Item	Especificações	Quant.	Unid.	Valor R\$ Unit. máximo	Valor R\$ máximo total
1	LEVODOPA, ASSOCIADA À BENSERAZIDA, 200 MG + 50 MG COMPRIMIDO BR0270126	3.000	COM	4,00	12.000,00
TOTAL					12.000,00
Lote: 143 - Lote 143					
Item	Especificações	Quant.	Unid.	Valor R\$ Unit. máximo	Valor R\$ máximo total
1	LEVOFLOXACINO, 5 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL BOLSA 100 ML BR0332985	300	BOL	17,07	5.121,00
TOTAL					5.121,00
Lote: 144 - Lote 144					
Item	Especificações	Quant.	Unid.	Valor R\$ Unit. máximo	Valor R\$ máximo total
1	LEVOFLOXACINO, 500 MG COMPRIMIDO BR0305270	8.000	UNID	0,98	7.840,00
TOTAL					7.840,00



M U N I C Í P I O D E
CONSELHEIRO MAIRINCK

ESTADO DO PARANÁ

PAÇO MUNICIPAL JOSÉ DA SILVA "DEDI"

Praça Otacílio Ferreira, nº82 – Telefone: 043 3561-1221

CNPJ: 75.968.412/0001-19

E-mail: prefeitura@conselheiomairinck.pr.gov.br

Lote: 145 - Lote 145					
Item	Especificações	Quant.	Unid.	Valor R\$ Unit. máximo	Valor R\$ máximo total
1	LEVOMEPRIMAZINA, 100 MG COMPRIMIDO BR0268129	8.000	COM	0,96	7.680,00
TOTAL					7.680,00
Lote: 146 - Lote 146					
Item	Especificações	Quant.	Unid.	Valor R\$ Unit. máximo	Valor R\$ máximo total
1	LEVOMEPRIMAZINA, 25 MG COMPRIMIDO BR0268128	6.000	FR	0,66	3.960,00
TOTAL					3.960,00
Lote: 147 - Lote 147					
Item	Especificações	Quant.	Unid.	Valor R\$ Unit. máximo	Valor R\$ máximo total
1	LEVOMEPRIMAZINA, 40 MG/ML, SOLUÇÃO ORAL FRASCO 20 ML BR0268130	40	FR	15,15	606,00
TOTAL					606,00
Lote: 148 - Lote 148					
Item	Especificações	Quant.	Unid.	Valor R\$ Unit. máximo	Valor R\$ máximo total
1	LEVONORGESTREL, ASSOCIADO AO ETINILESTRADIOL, 0,15 MG + 0,03 MG COMPRIMIDO BR0271109	6.300	COM	0,14	882,00
TOTAL					882,00
Lote: 149 - Lote 149					
Item	Especificações	Quant.	Unid.	Valor R\$ Unit. máximo	Valor R\$ máximo total
1	LEVOTIROXINA SÓDICA, 100 MCG COMPRIMIDO BR0268125	3.000	COM	0,30	900,00
TOTAL					900,00
Lote: 150 - Lote 150					
Item	Especificações	Quant.	Unid.	Valor R\$ Unit. máximo	Valor R\$ máximo total
1	LEVOTIROXINA SÓDICA, 25 MCG COMPRIMIDO BR0268124	5.000	COM	0,30	1.500,00
TOTAL					1.500,00
Lote: 151 - Lote 151					
Item	Especificações	Quant.	Unid.	Valor R\$ Unit. máximo	Valor R\$ máximo total
1	LEVOTIROXINA SÓDICA, 50 MCG COMPRIMIDO BR0268123	5.000	COM	0,36	1.800,00
TOTAL					1.800,00
Lote: 152 - Lote 152					
Item	Especificações	Quant.	Unid.	Valor R\$ Unit. máximo	Valor R\$ máximo total
1	LIDOCAÍNA CLORIDRATO, 2%, GELEIA BISNAGA 30 G BR0269846	200	BSNG	5,49	1.098,00
TOTAL					1.098,00
Lote: 153 - Lote 153					
Item	Especificações	Quant.	Unid.	Valor R\$ Unit. máximo	Valor R\$ máximo total



M U N I C Í P I O D E
CONSELHEIRO MAIRINCK

ESTADO DO PARANÁ

PAÇO MUNICIPAL JOSÉ DA SILVA "DEDI"

Praça Otacílio Ferreira, nº82 – Telefone: 043 3561-1221

CNPJ: 75.968.412/0001-19

E-mail: prefeitura@conselheiomairinck.pr.gov.br

1	LIDOCAÍNA CLORIDRATO, 2%, INJETÁVEL FRASCO 20 ML BR0269843	800	FR	7,83	6.264,00
TOTAL					6.264,00
Lote: 154 - Lote 154					
Item	Especificações	Quant.	Unid.	Valor R\$ Unit. máximo	Valor R\$ máximo total
1	LIDOCAÍNA CLORIDRATO, ASSOCIADA COM EPINEFRINA, 2% + 1:200.000, INJETÁVEL FRASCO 20 ML BR0269852	200	FR	9,15	1.830,00
TOTAL					1.830,00
Lote: 155 - Lote 155					
Item	Especificações	Quant.	Unid.	Valor R\$ Unit. máximo	Valor R\$ máximo total
1	LORATADINA, 1 MG/ML, XAROPE FRASCO 100 ML BR0273467	600	FR	4,47	2.682,00
TOTAL					2.682,00
Lote: 156 - Lote 156					
Item	Especificações	Quant.	Unid.	Valor R\$ Unit. máximo	Valor R\$ máximo total
1	LORATADINA, 10 MG COMPRIMIDO BR0273466	20.000	COM	0,13	2.600,00
TOTAL					2.600,00
Lote: 157 - Lote 157					
Item	Especificações	Quant.	Unid.	Valor R\$ Unit. máximo	Valor R\$ máximo total
1	LOSARTANA POTÁSSICA, 50 MG COMPRIMIDO BR0268856	60.000	COMP	0,06	3.600,00
TOTAL					3.600,00
Lote: 158 - Lote 158					
Item	Especificações	Quant.	Unid.	Valor R\$ Unit. máximo	Valor R\$ máximo total
1	MELOXICAM, 15 MG COMPRIMIDO BR0273554	40.000	COM	0,15	6.000,00
TOTAL					6.000,00
Lote: 159 - Lote 159					
Item	Especificações	Quant.	Unid.	Valor R\$ Unit. máximo	Valor R\$ máximo total
1	METFORMINA CLORIDRATO, 500 MG COMPRIMIDO BR0267690	5.000	COM	0,19	950,00
TOTAL					950,00
Lote: 160 - Lote 160					
Item	Especificações	Quant.	Unid.	Valor R\$ Unit. máximo	Valor R\$ máximo total
1	METFORMINA CLORIDRATO, 850 MG COMPRIMIDO BR0267691	30.000	COMP	0,22	6.600,00
TOTAL					6.600,00
Lote: 161 - Lote 161					
Item	Especificações	Quant.	Unid.	Valor R\$ Unit. máximo	Valor R\$ máximo total
1	METILDOPA, 250 MG COMPRIMIDO BR0267689	15.000	COM	0,74	11.100,00
TOTAL					11.100,00
Lote: 162 - Lote 162					
Item	Especificações	Quant.	Unid.	Valor R\$ Unit. máximo	Valor R\$ máximo total



M U N I C Í P I O D E
CONSELHEIRO MAIRINCK

ESTADO DO PARANÁ

PAÇO MUNICIPAL JOSÉ DA SILVA "DEDI"

Praça Otacílio Ferreira, nº82 – Telefone: 043 3561-1221

CNPJ: 75.968.412/0001-19

E-mail: prefeitura@conselheiomairinck.pr.gov.br

1	METILDOPA, 500 MG COMPRIMIDO BR0267688	5.000	COM	1,48	7.400,00
TOTAL					7.400,00
Lote: 163 - Lote 163					
Item	Especificações	Quant.	Unid.	Valor R\$ Unit. máximo	Valor R\$ máximo total
1	METILFENIDATO CLORIDRATO, 10 MG COMPRIMIDO BR0272320	5.000	COM	1,10	5.500,00
TOTAL					5.500,00
Lote: 164 - Lote 164					
Item	Especificações	Quant.	Unid.	Valor R\$ Unit. máximo	Valor R\$ máximo total
1	METOCLOPRAMIDA CLORIDRATO, 10 MG COMPRIMIDO BR0267312	10.000	COM	0,10	1.000,00
TOTAL					1.000,00
Lote: 165 - Lote 165					
Item	Especificações	Quant.	Unid.	Valor R\$ Unit. máximo	Valor R\$ máximo total
1	METOCLOPRAMIDA CLORIDRATO, 5 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA 2 ML BR0267310	5.000	AMP	0,73	3.650,00
TOTAL					3.650,00
Lote: 166 - Lote 166					
Item	Especificações	Quant.	Unid.	Valor R\$ Unit. máximo	Valor R\$ máximo total
1	METOPROLOL, 1 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA 5 ML BR0345259	200	AMP	25,71	5.142,00
TOTAL					5.142,00
Lote: 167 - Lote 167					
Item	Especificações	Quant.	Unid.	Valor R\$ Unit. máximo	Valor R\$ máximo total
1	METOPROLOL, SAL SUCCINATO, 25 MG, LIBERAÇÃO CONTROLADA COMPRIMIDO BR0276656	5.000	COM	0,33	1.650,00
TOTAL					1.650,00
Lote: 168 - Lote 168					
Item	Especificações	Quant.	Unid.	Valor R\$ Unit. máximo	Valor R\$ máximo total
1	METOPROLOL, SAL SUCCINATO, 50 MG, LIBERAÇÃO CONTROLADA COMPRIMIDO BR0276657	10.000	COM	0,67	6.700,00
TOTAL					6.700,00
Lote: 169 - Lote 169					
Item	Especificações	Quant.	Unid.	Valor R\$ Unit. máximo	Valor R\$ máximo total
1	METRONIDAZOL, 250 MG COMPRIMIDO BR0267717	6.000	COM	0,22	1.320,00
TOTAL					1.320,00
Lote: 170 - Lote 170					
Item	Especificações	Quant.	Unid.	Valor R\$ Unit. máximo	Valor R\$ máximo total
1	METRONIDAZOL, 40 MG/ML, SUSPENSÃO ORAL FRASCO 120 ML BR0266863	120	FR	9,63	1.155,60
TOTAL					1.155,60
Lote: 171 - Lote 171					



M U N I C Í P I O D E
CONSELHEIRO MAIRINCK

ESTADO DO PARANÁ

PAÇO MUNICIPAL JOSÉ DA SILVA "DEDI"

Praça Otacílio Ferreira, nº82 – Telefone: 043 3561-1221

CNPJ: 75.968.412/0001-19

E-mail: prefeitura@conselheiomairinck.pr.gov.br

Item	Especificações	Quant.	Unid.	Valor R\$ Unit. máximo	Valor R\$ máximo total
1	METRONIDAZOL, 5 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL FRASCO 100 ML BR0268498	300	FR	6,70	2.010,00
TOTAL					2.010,00
Lote: 172 - Lote 172					
Item	Especificações	Quant.	Unid.	Valor R\$ Unit. máximo	Valor R\$ máximo total
1	MIDAZOLAM, 5 MG/ML, INJETÁVEL AMPOLA 10 ML BR0268481	300	AMP	4,78	1.434,00
TOTAL					1.434,00
Lote: 173 - Lote 173					
Item	Especificações	Quant.	Unid.	Valor R\$ Unit. máximo	Valor R\$ máximo total
1	MIRTAZAPINA, 30 MG COMPRIMIDO BR0294536	2.000	COM	1,56	3.120,00
TOTAL					3.120,00
Lote: 174 - Lote 174					
Item	Especificações	Quant.	Unid.	Valor R\$ Unit. máximo	Valor R\$ máximo total
1	MORFINA, SULFATO, 10 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA 1 ML BR0304871	400	AMP	3,63	1.452,00
TOTAL					1.452,00
Lote: 175 - Lote 175					
Item	Especificações	Quant.	Unid.	Valor R\$ Unit. máximo	Valor R\$ máximo total
1	NEOMICINA, ASSOCIADA COM BACITRACINA, 5 MG + 250 UI/G, POMADA BISNAGA 10 A 15 G BR0273167	1.200	AMP	3,43	4.116,00
TOTAL					4.116,00
Lote: 176 - Lote 176					
Item	Especificações	Quant.	Unid.	Valor R\$ Unit. máximo	Valor R\$ máximo total
1	NIFEDIPINO, 20 MG COMPRIMIDO BR0267729	20.000	COM	0,16	3.200,00
TOTAL					3.200,00
Lote: 177 - Lote 177					
Item	Especificações	Quant.	Unid.	Valor R\$ Unit. máximo	Valor R\$ máximo total
1	NIMESULIDA, 100 MG COMPRIMIDO BR0273710	40.000	COM	0,12	4.800,00
TOTAL					4.800,00
Lote: 178 - Lote 178					
Item	Especificações	Quant.	Unid.	Valor R\$ Unit. máximo	Valor R\$ máximo total
1	NIMESULIDA, 50 MG/ML, SOLUÇÃO ORAL - GOTAS FRASCO 15 ML BR0273711	800	FR	2,12	1.696,00
TOTAL					1.696,00
Lote: 179 - Lote 179					
Item	Especificações	Quant.	Unid.	Valor R\$ Unit. máximo	Valor R\$ máximo total
1	NISTATINA, 25.000 UI/G, CREME VAGINAL BISNAGA 60 G BR0266788	500	BSNG	7,45	3.725,00
TOTAL					3.725,00
Lote: 180 - Lote 180					



M U N I C Í P I O D E
CONSELHEIRO MAIRINCK

ESTADO DO PARANÁ

PAÇO MUNICIPAL JOSÉ DA SILVA "DEDI"

Praça Otacílio Ferreira, nº82 – Telefone: 043 3561-1221

CNPJ: 75.968.412/0001-19

E-mail: prefeitura@conselheiomairinck.pr.gov.br

Item	Especificações	Quant.	Unid.	Valor R\$ Unit. máximo	Valor R\$ máximo total
1	NISTATINA, ASSOCIADA COM ÓXIDO DE ZINCO, 100.000 UI + 200 MG/G, CREME CREME BISNAGA 30 A 60 G BR0279297	300	BSNG	9,24	2.772,00
TOTAL					2.772,00
Lote: 181 - Lote 181					
Item	Especificações	Quant.	Unid.	Valor R\$ Unit. máximo	Valor R\$ máximo total
1	NITROPRUSSETO DE SÓDIO, 50 MG, INJETÁVEL FRASCO-AMPOLA BR0273719	40	FR	28,72	1.148,80
TOTAL					1.148,80
Lote: 182 - Lote 182					
Item	Especificações	Quant.	Unid.	Valor R\$ Unit. máximo	Valor R\$ máximo total
1	NOREPINEFRINA, 2 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA 4 ML BR0442584	200	AMP	3,80	760,00
TOTAL					760,00
Lote: 183 - Lote 183					
Item	Especificações	Quant.	Unid.	Valor R\$ Unit. máximo	Valor R\$ máximo total
1	NORFLOXACINO, 400 MG COMPRIMIDO BR0268851	9.800	COM	0,51	4.998,00
TOTAL					4.998,00
Lote: 184 - Lote 184					
Item	Especificações	Quant.	Unid.	Valor R\$ Unit. máximo	Valor R\$ máximo total
1	NORTRIPTILINA CLORIDRATO, 25 MG CÁPSULA BR0271606	5.000	CAPS	0,56	2.800,00
TOTAL					2.800,00
Lote: 185 - Lote 185					
Item	Especificações	Quant.	Unid.	Valor R\$ Unit. máximo	Valor R\$ máximo total
1	ÓLEO MINERAL (PETROLATO, LÍQUIDO, LAXATIVO, ORAL) FRASCO 100 OU 120 ML BR0233632	250	FR	4,82	1.205,00
TOTAL					1.205,00
Lote: 186 - Lote 186					
Item	Especificações	Quant.	Unid.	Valor R\$ Unit. máximo	Valor R\$ máximo total
1	OMEPRAZOL, 20 MG CÁPSULA BR0267712	50.000	CAPS	0,11	5.500,00
TOTAL					5.500,00
Lote: 187 - Lote 187					
Item	Especificações	Quant.	Unid.	Valor R\$ Unit. máximo	Valor R\$ máximo total
1	OMEPRAZOL, 40 MG, INJETÁVEL FRASCO-AMPOLA BR0268160	800	FR	23,02	18.416,00
TOTAL					18.416,00
Lote: 188 - Lote 188					
Item	Especificações	Quant.	Unid.	Valor R\$ Unit. máximo	Valor R\$ máximo total
1	ONDANSETRONA CLORIDRATO, 2 MG/ML, INJETÁVEL AMPOLA 2 ML BR0268504	5.000	AMP	2,13	10.650,00



M U N I C Í P I O D E
CONSELHEIRO MAIRINCK

ESTADO DO PARANÁ

PAÇO MUNICIPAL JOSÉ DA SILVA "DEDI"

Praça Otacílio Ferreira, nº82 – Telefone: 043 3561-1221

CNPJ: 75.968.412/0001-19

E-mail: prefeitura@conselheiomairinck.pr.gov.br

TOTAL						10.650,00
Lote: 189 - Lote 189						
Item	Especificações	Quant.	Unid.	Valor R\$ Unit. máximo	Valor R\$ máximo total	
1	PANTOPRAZOL, 20 MG COMPRIMIDO BR0268848	10.000	AMP	0,26	2.600,00	
TOTAL						2.600,00
Lote: 190 - Lote 190						
Item	Especificações	Quant.	Unid.	Valor R\$ Unit. máximo	Valor R\$ máximo total	
1	PANTOPRAZOL, 40 MG COMPRIMIDO BR0267892	20.000	COM	0,32	6.400,00	
TOTAL						6.400,00
Lote: 191 - Lote 191						
Item	Especificações	Quant.	Unid.	Valor R\$ Unit. máximo	Valor R\$ máximo total	
1	PARACETAMOL, 200 MG/ML, SOLUÇÃO ORAL FRASCO 15 ML BR0267777	1.500	FR	1,77	2.655,00	
TOTAL						2.655,00
Lote: 192 - Lote 192						
Item	Especificações	Quant.	Unid.	Valor R\$ Unit. máximo	Valor R\$ máximo total	
1	PARACETAMOL, 500 MG COMPRIMIDO BR0267778	20.000	COM	0,12	2.400,00	
TOTAL						2.400,00
Lote: 193 - Lote 193						
Item	Especificações	Quant.	Unid.	Valor R\$ Unit. máximo	Valor R\$ máximo total	
1	PARACETAMOL, 750 MG COMPRIMIDO BR0267779	15.000	COM	0,23	3.450,00	
TOTAL						3.450,00
Lote: 194 - Lote 194						
Item	Especificações	Quant.	Unid.	Valor R\$ Unit. máximo	Valor R\$ máximo total	
1	PARACETAMOL, ASSOCIADO COM CODEÍNA, 500 MG + 30 MG COMPRIMIDO BR0270907	10.000	COM	0,53	5.300,00	
TOTAL						5.300,00
Lote: 195 - Lote 195						
Item	Especificações	Quant.	Unid.	Valor R\$ Unit. máximo	Valor R\$ máximo total	
1	PAROXETINA CLORIDRATO, 20 MG CÁPSULA BR0273940	8.000	COM	0,37	2.960,00	
TOTAL						2.960,00
Lote: 196 - Lote 196						
Item	Especificações	Quant.	Unid.	Valor R\$ Unit. máximo	Valor R\$ máximo total	
1	PIROXICAM, 20 MG COMPRIMIDO BR0274036	10.000	COM	0,31	3.100,00	
TOTAL						3.100,00
Lote: 197 - Lote 197						
Item	Especificações	Quant.	Unid.	Valor R\$ Unit. máximo	Valor R\$ máximo total	
1	PREDNISOLONA, 3 MG/ML, SOLUÇÃO ORAL FRASCO 60 ML BR0448595	1.500	FR	6,25	9.375,00	
TOTAL						9.375,00
Lote: 198 - Lote 198						



M U N I C Í P I O D E
CONSELHEIRO MAIRINCK

ESTADO DO PARANÁ

PAÇO MUNICIPAL JOSÉ DA SILVA "DEDI"

Praça Otacílio Ferreira, nº82 – Telefone: 043 3561-1221

CNPJ: 75.968.412/0001-19

E-mail: prefeitura@conselheiomairinck.pr.gov.br

Item	Especificações	Quant.	Unid.	Valor R\$ Unit. máximo	Valor R\$ máximo total
1	PREDNISONA, 20 MG COMPRIMIDO BR0267743	20.000	COM	0,25	5.000,00
TOTAL					5.000,00
Lote: 199 - Lote 199					
Item	Especificações	Quant.	Unid.	Valor R\$ Unit. máximo	Valor R\$ máximo total
1	PREDNISONA, 5 MG COMPRIMIDO BR0267741	10.000	COM	0,08	800,00
TOTAL					800,00
Lote: 200 - Lote 200					
Item	Especificações	Quant.	Unid.	Valor R\$ Unit. máximo	Valor R\$ máximo total
1	PREGABALINA, 150 MG CÁPSULA BR0392111	8.000	CAPS	1,40	11.200,00
TOTAL					11.200,00
Lote: 201 - Lote 201					
Item	Especificações	Quant.	Unid.	Valor R\$ Unit. máximo	Valor R\$ máximo total
1	PREGABALINA, 75 MG CÁPSULA BR0388712	10.000	CAPS	0,72	7.200,00
TOTAL					7.200,00
Lote: 202 - Lote 202					
Item	Especificações	Quant.	Unid.	Valor R\$ Unit. máximo	Valor R\$ máximo total
1	PROMETAZINA CLORIDRATO, 25 MG COMPRIMIDO BR0267768	12.000	COM	0,23	2.760,00
TOTAL					2.760,00
Lote: 203 - Lote 203					
Item	Especificações	Quant.	Unid.	Valor R\$ Unit. máximo	Valor R\$ máximo total
1	PROMETAZINA CLORIDRATO, 25 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA 2 ML BR0267769	1.500	AMP	3,60	5.400,00
TOTAL					5.400,00
Lote: 204 - Lote 204					
Item	Especificações	Quant.	Unid.	Valor R\$ Unit. máximo	Valor R\$ máximo total
1	PROPRANOLOL CLORIDRATO, 40 MG COMPRIMIDO BR0267772	15.000	COM	0,05	750,00
TOTAL					750,00
Lote: 205 - Lote 205					
Item	Especificações	Quant.	Unid.	Valor R\$ Unit. máximo	Valor R\$ máximo total
1	QUETIAPINA, 100 MG COMPRIMIDO BR0272832	3.000	COM	0,73	2.190,00
TOTAL					2.190,00
Lote: 206 - Lote 206					
Item	Especificações	Quant.	Unid.	Valor R\$ Unit. máximo	Valor R\$ máximo total
1	QUETIAPINA, 25 MG COMPRIMIDO BR0272831	3.000	COM	0,24	720,00
TOTAL					720,00
Lote: 207 - Lote 207					
Item	Especificações	Quant.	Unid.	Valor R\$ Unit. máximo	Valor R\$ máximo total
1	RISPERIDONA, 1 MG COMPRIMIDO BR0272839	15.000	COM	0,23	3.450,00
TOTAL					3.450,00



M U N I C Í P I O D E
CONSELHEIRO MAIRINCK

ESTADO DO PARANÁ

PAÇO MUNICIPAL JOSÉ DA SILVA "DEDI"

Praça Otacílio Ferreira, nº82 – Telefone: 043 3561-1221

CNPJ: 75.968.412/0001-19

E-mail: prefeitura@conselheiomairinck.pr.gov.br

Lote: 208 - Lote 208					
Item	Especificações	Quant.	Unid.	Valor R\$ Unit. máximo	Valor R\$ máximo total
1	RISPERIDONA, 2 MG COMPRIMIDO BR0268149	15.000	COM	0,26	3.900,00
				TOTAL	3.900,00
Lote: 209 - Lote 209					
Item	Especificações	Quant.	Unid.	Valor R\$ Unit. máximo	Valor R\$ máximo total
1	SALBUTAMOL, 100 MCG/DOSE, AEROSSOL ORAL FRASCO 200 DOSES BR0294887	300	FR	19,21	5.763,00
				TOTAL	5.763,00
Lote: 210 - Lote 210					
Item	Especificações	Quant.	Unid.	Valor R\$ Unit. máximo	Valor R\$ máximo total
1	SECNIDAZOL, 1.000 MG COMPRIMIDO BR0268299	2.000	COM	1,11	2.220,00
				TOTAL	2.220,00
Lote: 211 - Lote 211					
Item	Especificações	Quant.	Unid.	Valor R\$ Unit. máximo	Valor R\$ máximo total
1	SERTRALINA CLORIDRATO, 50 MG COMPRIMIDO BR0272365	50.000	COM	1,17	58.500,00
				TOTAL	58.500,00
Lote: 212 - Lote 212					
Item	Especificações	Quant.	Unid.	Valor R\$ Unit. máximo	Valor R\$ máximo total
1	SIMETICONA, 40 MG COMPRIMIDO BR0412963	10.000	COM	0,13	1.300,00
				TOTAL	1.300,00
Lote: 213 - Lote 213					
Item	Especificações	Quant.	Unid.	Valor R\$ Unit. máximo	Valor R\$ máximo total
1	SIMETICONA, 75 MG/ML, EMULSÃO ORAL - GOTAS FRASCO 10 ML BR0412966	800	FR	1,85	1.480,00
				TOTAL	1.480,00
Lote: 214 - Lote 214					
Item	Especificações	Quant.	Unid.	Valor R\$ Unit. máximo	Valor R\$ máximo total
1	SINVASTATINA, 20 MG COMPRIMIDO BR0267747	30.000	COM	0,13	3.900,00
				TOTAL	3.900,00
Lote: 215 - Lote 215					
Item	Especificações	Quant.	Unid.	Valor R\$ Unit. máximo	Valor R\$ máximo total
1	SINVASTATINA, 40 MG COMPRIMIDO BR0267745	30.000	COM	0,19	5.700,00
				TOTAL	5.700,00
Lote: 216 - Lote 216					
Item	Especificações	Quant.	Unid.	Valor R\$ Unit. máximo	Valor R\$ máximo total
1	SULFADIAZINA DE PRATA, 1%, CREME BISNAGA 30 G BR0272089	1.000	BSNG	6,61	6.610,00
				TOTAL	6.610,00
Lote: 217 - Lote 217					
Item	Especificações	Quant.	Unid.	Valor R\$ Unit. máximo	Valor R\$ máximo total



M U N I C Í P I O D E
CONSELHEIRO MAIRINCK

ESTADO DO PARANÁ

PAÇO MUNICIPAL JOSÉ DA SILVA "DEDI"

Praça Otacilio Ferreira, nº82 – Telefone: 043 3561-1221

CNPJ: 75.968.412/0001-19

E-mail: prefeitura@conselheiomairinck.pr.gov.br

1	SULFATO FERROSO, 40 MG DE FERRO II COMPRIMIDO BR0292344	15.000	COM	0,06	900,00
TOTAL					900,00
Lote: 218 - Lote 218					
Item	Especificações	Quant.	Unid.	Valor R\$ Unit. máximo	Valor R\$ máximo total
1	SUXAMETÔNIO CLORETO, 100 MG, INJETÁVEL FRASCO-AMPOLA BR0268442	50	FR	35,09	1.754,50
TOTAL					1.754,50
Lote: 219 - Lote 219					
Item	Especificações	Quant.	Unid.	Valor R\$ Unit. máximo	Valor R\$ máximo total
1	SUXAMETÔNIO CLORETO, 500 MG, INJETÁVEL FRASCO-AMPOLA BR0290168	50	FR	41,67	2.083,50
TOTAL					2.083,50
Lote: 220 - Lote 220					
Item	Especificações	Quant.	Unid.	Valor R\$ Unit. máximo	Valor R\$ máximo total
1	TETRACICLINA, ASSOCIADA À ANFOTERICINA B, 25 MG + 12,5 MG/G, CREME VAGINAL BISNAGA 45 G BR0271120	250	BSNG	68,53	17.132,50
TOTAL					17.132,50
Lote: 221 - Lote 221					
Item	Especificações	Quant.	Unid.	Valor R\$ Unit. máximo	Valor R\$ máximo total
1	TRAMADOL CLORIDRATO, 50 MG CÁPSULA BR0268534	8.000	COM	0,24	1.920,00
TOTAL					1.920,00
Lote: 222 - Lote 222					
Item	Especificações	Quant.	Unid.	Valor R\$ Unit. máximo	Valor R\$ máximo total
1	TRAMADOL CLORIDRATO, 50 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA 2 ML BR0292382	3.000	AMP	1,90	5.700,00
TOTAL					5.700,00
Lote: 223 - Lote 223					
Item	Especificações	Quant.	Unid.	Valor R\$ Unit. máximo	Valor R\$ máximo total
1	VALPROATO DE SÓDIO, 50 MG/ML, XAROPE FRASCO 100 ML BR0328532	100	FR	8,08	808,00
TOTAL					808,00
Lote: 224 - Lote 224					
Item	Especificações	Quant.	Unid.	Valor R\$ Unit. máximo	Valor R\$ máximo total
1	VARFARINA SÓDICA, 5 MG COMPRIMIDO BR0279269	4.000	COM	0,25	1.000,00
TOTAL					1.000,00
Lote: 225 - Lote 225					
Item	Especificações	Quant.	Unid.	Valor R\$ Unit. máximo	Valor R\$ máximo total
1	VENLAFAXINA, SAL CLORIDRATO, 150 MG CÁPSULA BR0470429	7.000	COM	1,59	11.130,00
TOTAL					11.130,00
Lote: 226 - Lote 226					



M U N I C Í P I O D E
CONSELHEIRO MAIRINCK

ESTADO DO PARANÁ

PAÇO MUNICIPAL JOSÉ DA SILVA "DEDI"

Praça Otacílio Ferreira, nº82 – Telefone: 043 3561-1221

CNPJ: 75.968.412/0001-19

E-mail: prefeitura@conselheiomairinck.pr.gov.br

Item	Especificações	Quant.	Unid.	Valor R\$ Unit. máximo	Valor R\$ máximo total
1	VENLAFAXINA, SAL CLORIDRATO, 37,5 MG CÁPSULA BR0272381	3.000	COM	0,79	2.370,00
TOTAL					2.370,00
Lote: 227 - Lote 227					
Item	Especificações	Quant.	Unid.	Valor R\$ Unit. máximo	Valor R\$ máximo total
1	VENLAFAXINA, SAL CLORIDRATO, 75 MG CÁPSULA BR0272382	10.000	COM	1,24	12.400,00
TOTAL					12.400,00
Lote: 228 - Lote 228					
Item	Especificações	Quant.	Unid.	Valor R\$ Unit. máximo	Valor R\$ máximo total
1	VITAMINAS DO COMPLEXO B, B1 - 5 MG, B2 - 2 MG, B6 - 2 MG, B5 - 3 MG, PP - 20 MG DRÁGEA BR0272093	15.000	DR	0,09	1.350,00
TOTAL					1.350,00
Lote: 229 - Lote 229					
Item	Especificações	Quant.	Unid.	Valor R\$ Unit. máximo	Valor R\$ máximo total
1	VITAMINAS DO COMPLEXO B, B1 + B6 + B12, SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA 2 ML BR0274567	8.000	AMP	1,43	11.440,00
TOTAL					11.440,00
Lote: 230 - Lote 230					
Item	Especificações	Quant.	Unid.	Valor R\$ Unit. máximo	Valor R\$ máximo total
1	ZOLPIDEM, 10 MG COMPRIMIDO BR0278316	4.000	COM	0,35	1.400,00
TOTAL					1.400,00

Valor do edital R\$ 1.017.264,30 (Um milhão dezessete mil duzentos e sessenta e quatro reais e trinta centavos).

1.2 Prazo do Contrato

O contrato deverá ter vigência de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por período igual de acordo com a Lei 14.133/21.

1.3 Modalidade de Licitação

Também visando a melhor oferta ao município e presando pelos princípios que tratam a Lei 14.133/21, indica-se a modalidade **Pregão Eletrônico**.

2. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

O Departamento de Saúde aderiu a presente licitação como alternativa de aquisição para evitar desabastecimento e possíveis prejuízos aos atendimentos dos pacientes em geral e, os com prescrição médica justificada, que anualmente vem realizando paralelamente licitações.

Em função dos medicamentos em questão, ter um ciclo de vida médio, deve ser averiguado as datas de vencimento, qualidade das embalagens e transporte adequado.



3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

A presente demanda está sendo solicitada pelo Departamento Municipal de Saúde de Conselheiro Mairinck – Pr, sob responsabilidade do Diretor do Departamento Municipal de Saúde em exercício.

3.1 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- I - Efetuar o devido pagamento à CONTRATADA, nos termos do presente instrumento;
- II - Dar à CONTRATADA as condições necessárias à regular execução do contrato;
- III - Determinar as providências necessárias quando o fornecimento do objeto não observar a forma estipulada no edital e no presente contrato, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, quando for o caso;
- IV - Designar servidor pertencente ao quadro da CONTRATANTE, para ser responsável pelo acompanhamento e fiscalização da execução do objeto do presente contrato;
- V - Cumprir todas as demais cláusulas do presente contrato.

3.2 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- I - Fornecer o objeto de acordo com as especificações, quantidade e prazos do edital e do presente contrato, bem como nos termos da sua proposta;
- II - Responsabilizar-se por todos os ônus e tributos, emolumentos, honorários ou despesas incidentes sobre o objeto contratados, bem como por cumprir todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias e acidentárias relativas aos funcionários que empregar para a execução do objeto, inclusive as decorrentes de convenções, acordos ou dissídios coletivos;
- III - Manter durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, apresentando, mensalmente, cópia das guias de recolhimento das contribuições para o FGTS e o INSS relativas aos empregados alocados para a execução do contrato, bem como da certidão negativa de débitos trabalhistas (CNDT);
- IV – Cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz;
- V - Zelar pelo cumprimento, por parte de seus empregados, das normas do Ministério do Trabalho, cabendo à CONTRATADA o fornecimento de equipamentos de proteção individual (EPI);
- VI - Responsabilizar-se por todos os danos causados por seus funcionários à CONTRATANTE e/ou terceiros, decorrentes de culpa ou dolo, devidamente apurados mediante processo administrativo, quando da execução do objeto contratado;



M U N I C Í P I O D E
CONSELHEIRO MAIRINCK

ESTADO DO PARANÁ
PAÇO MUNICIPAL JOSÉ DA SILVA "DEDI"
Praça Otacílio Ferreira, nº82 – Telefone: 043 3561-1221
CNPJ: 75.968.412/0001-19
E-mail: prefeitura@conselheiomairinck.pr.gov.br

VII - Reparar e/ou corrigir, às suas expensas, o fornecimento em que se verificar vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução do objeto em desacordo com o pactuado;

VIII - Executar as obrigações assumidas no presente contrato por seus próprios meios, não sendo admitida a subcontratação não prevista em edital e no presente contrato.

3.3 - DAS PENALIDADES E EXTINÇÃO

3.3.1 - O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

I - dar causa à inexecução parcial do contrato;

II - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

III - dar causa à inexecução total do contrato;

IV - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

VI - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

VII - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

VIII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

IX - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

X - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

XI - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

XII - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

3.3.2 - Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas na Lei as 14.133/2021, seguintes sanções:

I - advertência;

II - multa;

III - impedimento de licitar e contratar;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

§ 1º Na aplicação das sanções serão considerados:

I - a natureza e a gravidade da infração cometida;

II - as peculiaridades do caso concreto;



III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV - os danos que dela provierem para a Administração Pública;

V - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

3.3.3 - As hipóteses que constituem motivo para extinção contratual estão elencadas no art. 137 da Lei nº 14.133/2021, a extinção do contrato poderá ser:

I - determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

II - consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;

III - determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

4. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

Almeja-se, assegurar tratamento isonômico entre os licitantes a justa competição, e evitar contratação com sobrepreço ou com preço manifestamente irrealizável ou superfaturamento na execução do contrato.

Da mesma forma, busca-se vantajosidade técnica e econômica para a administração.

5. MÉDIA DE PREÇO – PARÂMETRO

Através da cotação realizada dos lugares competentes. Para tanto as cotações e a planilha com memória de cálculo seguem em anexo.

6. ESTIMATIVA DO PREÇO DA CONTRATAÇÃO

O custo estimado total da contratação é de R\$ 1.021.798,50 (Um milhão, vinte e um mil, setecentos e noventa e oito reais e cinquenta centavos)

7. CRITÉRIO DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

O pagamento será realizado após ser atestado que os produtos foram entregues nas condições constantes no contrato e na nota fiscal/outro documento a ser fornecido pelo contratado.

Para a realização do Empenho e Liquidação as notas fiscais deverão ser emitidas em nome de FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CONSELHEIRO MAIRINCK-PR, CNPJ/MF sob n.º 75.968.412/0001-19, com endereço a Rua Doutor Marins de Camargo, 401, Centro, na cidade de Conselheiro Mairinck – PR – CEP 86.480.000.

7.1 DO LOCAL, PRAZO DE ENTREGA E ACEITAÇÃO DO PRODUTO

Os medicamentos deverão ser entregues na Farmácia Municipal ou Farmácia Hospitalar do Departamento Municipal de Saúde, sito a XV de Novembro, s/n, Centro,



M U N I C Í P I O D E
CONSELHEIRO MAIRINCK

ESTADO DO PARANÁ

PAÇO MUNICIPAL JOSÉ DA SILVA "DEDI"

Praça Otacílio Ferreira, nº82 – Telefone: 043 3561-1221

CNPJ: 75.968.412/0001-19

E-mail: prefeitura@conselheiomairinck.pr.gov.br

sito a Sete de Setembro, 435, Centro, respectivamente, que será identificado no ato da solicitação de compra, na cidade de Conselheiro Mairinck/PR.

Prazo de entrega: 15 (quinze) dias, podendo ser estendido mediante justificativa prévia.

8. RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

A despesa decorrente da execução do contrato ocorrerá nas seguintes dotações orçamentárias:

04 – Secretaria de Saúde

001 – Fundo Municipal de Saúde

10.301.0004-2019 – Manutenção Fundo Municipal de Saúde

840 – Fonte 000, 850 Fonte 303, - 3.3.90.30.00.00 – Material de Consumo

04 – Secretaria de Saúde

001 – Fundo Municipal de Saúde

10.301.0004-2062 – Manutenção e Gestão Programa do SUS

1240 – Fonte 494, - 3.3.90.30.00.00 – Material de Consumo

Conselheiro Mairinck - Pr, 30 de julho de 2024

Leonardo Vilela da Silva
Farmacêutico CRF/PR 25.497

Flávio Silva
Diretor do Departamento Municipal de Saúde



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO MAIRINCK
Estado do Paraná



Sede: Praça Otacílio Ferreira - Fone/Fax: (0xx43) 3561-1221
CNPJ 75.968.412/0001-19

ANEXO II

**MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS À COMISSÃO DE LICITAÇÃO DA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO MAIRINCK – PR**

(Este anexo é um modelo e deve ser feito em papel timbrado do licitante)

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 49/2024

PROCESSO N.º 64/2024

Prezado Senhor Pregoeiro,

Apresentamos a nossa proposta para o registro de preços para aquisição de medicamentos tem por objetivo atender as demandas do Hospital e Maternidade Anita Canet e distribuição gratuita na Unidade Básica de Saúde Maria Helena Zarochinski., com o fornecimento parcelado, conforme descrição constante do Anexo I do Edital, e seus anexos, pelo(s) valor(es) abaixo especificado(s):

Lote	Item	Descrição dos Medicamentos	Marca/ Modelo	Quant.	Unid.	Valor R\$ Unit.	Valor R\$ Total
VALOR R\$ TOTAL							

Esclareço à Vossa Senhoria que a proposta deverá conter:

Declaramos:

Aceitação total e irrestrita às condições do presente Edital e seus anexos, bem como que na nossa proposta de preço, estão computados todos os custos necessários para a prestação do serviço, bem como todos os tributos, fretes, seguros, encargos trabalhistas, comerciais e quaisquer outras despesas que incidam ou venham a incidir sobre o objeto do Edital em referência, e que influenciem na formação dos preços desta proposta.

O prazo de validade da proposta é de 60 (sessenta) dias, contados da data da abertura da proposta.

Declaramos que nossa empresa assume perante o Município de Conselheiro Mairinck – PR, o compromisso de fornecer o objeto no prazo e condições especificadas no edital.

Caso nos seja adjudicado o objeto da licitação, comprometemo-nos a assinar o contrato no prazo determinado no Edital.

Local e data

Nome e assinatura do(s) responsável(is) legal(is) .



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO MAIRINCK
Estado do Paraná



Sede: Praça Otacílio Ferreira - Fone/Fax: (0xx43) 3561-1221
CNPJ 75.968.412/0001-19

ANEXO III
MODELO DE DECLARAÇÃO UNIFICADA

(Este anexo é um modelo e deve ser feito em papel timbrado do licitante)

Ao pregoeiro e equipe de apoio

Prefeitura Municipal de Conselheiro Mairinck, Estado do Paraná

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 49/2024

Pelo presente instrumento, a empresa, cadastrada pelo CNPJ n.º, com sede na, através de seu representante legal infra-assinado, que:

() Declara, sob as penas do artigo 299 do Código Penal, que se enquadra na situação de microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa, nos termos da Lei Complementar n.º 123/06, alterada pela Lei Complementar n.º 147/14, bem assim que inexistem fatos supervenientes que conduzam ao seu desenquadramento desta situação. (*Marcar este item caso se enquadre na situação de microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa.)

- 1)** Declara que CUMPRE todos os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias do Pregão Eletrônico nº 49/2024 do Município de Conselheiro Mairinck - PR.
- 2)** Declara que está plenamente capacitado a efetuar o fornecimento dos produtos licitados, referente ao PREGÃO ELETRÔNICO Nº 49/2024, nas quantidades e nos prazos previstos e que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos.
- 3)** Declara que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no Pregão Eletrônico nº 49/2024 do Município de Conselheiro Mairinck - PR, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências supervenientes.
- 4)** Declara atende aos requisitos de habilitação, e o que responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).
- 5)** Declara que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição
- 6)** Declara que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO MAIRINCK
Estado do Paraná



Sede: Praça Otacílio Ferreira - Fone/Fax: (0xx43) 3561-1221
CNPJ 75.968.412/0001-19

- 7) Declara que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 8) Declara, para os fins que a empresa não foi declarada inidônea por nenhum órgão público de qualquer esfera de governo, estando apta a contratar com o poder público.
- 9) Declara que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.
- 10) Declara, para os devidos fins que não possuímos em nosso quadro societário e de empregados, servidor ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação.
- 11) Declara que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.
- 12) Declara que a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MP nº 2, de 16 de setembro de 2009
- 13) Declara, para os devidos fins de direito, na qualidade de Proponente dos procedimentos licitatórios, instaurados por este Município, que o(a) responsável legal da empresa é o(a) Sr.(a)....., Portador(a) do RG sob nº e CPF nº cuja função/cargo é.....(sócio administrador/procurador/diretor/etc), responsável pela assinatura do contrato.
- 14) Declara conhecer as normas de prevenção à corrupção previstas na legislação brasileira, dentre elas, a Lei de Improbidade Administrativa (Lei Federal n.º 8.429/1992), a Lei Federal n.º 12.846/2013 e seus regulamentos, se comprometem que para a execução deste contrato nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar, a quem quer que seja, aceitar ou se comprometer a aceitar, de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios indevidos de qualquer espécie, de modo fraudulento que constituam prática ilegal ou de corrupção, bem como de manipular ou fraudar o equilíbrio econômico financeiro do presente contrato, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, devendo garantir, ainda que seus prepostos, administradores e colaboradores ajam da mesma forma
- 15) Declara, para os devidos fins que em caso de qualquer comunicação futura referente e este processo licitatório, bem como em caso de eventual contratação, concordo que o Contrato seja encaminhado para o seguinte endereço:
E-mail:
Telefone: ()
- 16) Caso altere o citado e-mail ou telefone comprometo-me em protocolizar pedido de alteração junto ao Sistema de Protocolo deste Município, sob pena de ser considerado como intimado nos dados anteriormente fornecidos.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO MAIRINCK
Estado do Paraná



Sede: Praça Otacílio Ferreira - Fone/Fax: (0xx43) 3561-1221
CNPJ 75.968.412/0001-19

17) Comprometo-me a manter durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

Local e Data

Assinatura do Responsável pela Empresa
(Nome Legível/Cargo)



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO MAIRINCK
Estado do Paraná



Sede: Praça Otacílio Ferreira - Fone/Fax: (0xx43) 3561-1221
CNPJ 75.968.412/0001-19

ANEXO IV
MINUTA DO CONTRATO

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º ____/2024
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 49/2024
CONTRATO N.º 64/2024

Pelo presente instrumento, a **PREFEITURA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO MAIRINCK - PR**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Praça Otacílio Ferreira, n.º 82, centro, na cidade de Conselheiro Mairinck, Estado do Paraná, inscrita no CNPJ sob n.º 75.968.412/0001-19, neste ato, representado por seu Prefeito Municipal, Sr. **Alex Sandro Pereira Costa Domingues**, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade civil RG n.º 7.995.227-3, inscrito no CPF n.º 029.678.089-89, residente e domiciliado na Rua Brasília, n.º s/n, centro, Município de Conselheiro Mairinck - PR, CEP: 86.480-000, aqui denominado **ÓRGÃO GERENCIADOR**.

E, de outro lado, a empresa -----, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob n.º , e com a Inscrição Estadual n.º , devidamente instalada e em pleno funcionamento à -----, -----, na cidade de -----, no Estado do , neste ato, representada por seu sócio Administrador: -----, brasileiro, casado, empresário, portador da Cédula de Identidade RG n.º -----, inscrito no CPF/MF sob n.º -----, residente e domiciliado à --- -----, -----, na cidade de -----, doravante denominada **FORNECEDOR**, tendo em vista o que consta no Processo Licitatório n.º -----, e em observância às disposições da Lei Federal de Licitações e Contratos Administrativos, n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente CONTRATO, decorrente do Pregão Eletrônico n.º 49/2024 mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidade das partes.

1. Cláusula Primeira - DO OBJETO

A presente ata tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS para a aquisição de medicamentos tem por objetivo atender as demandas do Hospital e Maternidade Anita Canet e distribuição gratuita na Unidade Básica de Saúde Maria Helena Zarochinski., em conformidade com as especificações no Termo de Referência (anexo I), para atender a demanda do Departamento Municipal de Saúde.

1.1 Do objeto homologado:

Lote	Item	Descrição dos Medicamentos	Marca/Modelo	Quant.	Unid.	Valor R\$ Unit.	Valor R\$ Total



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO MAIRINCK
Estado do Paraná



Sede: Praça Otacílio Ferreira - Fone/Fax: (0xx43) 3561-1221
CNPJ 75.968.412/0001-19

VALOR R\$ TOTAL	
------------------------	--

12.27 São partes integrantes e complementares a este Contrato, independentemente de transcrição, os seguintes documentos:

- 1.2.1 - Termo de Referência;
- 1.2.2 - Edital da Licitação;
- 1.2.3 - Proposta do contratado;
- 1.2.4 - Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. Cláusula Segunda - DO VALOR E DA FORMA DE PAGAMENTO:

- 2.1 O valor total do presente contrato é de R\$... (...).
- 2.2 O pagamento será efetuado na forma de crédito em conta corrente da licitante vencedora no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da certificação da nota fiscal eletrônica pelos gestores do contrato, que deverá ser emitida após recebimento.
- 2.3 O CONTRATANTE não se responsabilizará por despesa que venha ser efetuada pela CONTRATADA que não tenha sido expressamente acordada no presente termo.
- 2.4 Para a liberação do pagamento, a CONTRATADA encaminhará nota fiscal eletrônica ao setor de contabilidade, acompanhada das seguintes certidões:
 - a) Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federal.
 - b) Prova de regularidade relativa à seguridade social comprovando o cumprimento dos encargos sociais instituídos por Lei - CRS (FGTS).
- 2.5 Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual, sem que isso gere direito a acréscimos de qualquer natureza.
- 2.6 No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação;
- 2.7 O valor constante no item 2.1 é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

3. Cláusula Terceira - DO REAJUSTE E DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO

- 3.1 Os requerimentos de revisão contratual deverão ser instruídos com documentos que comprovem o fator superveniente imprevisível e alheio à vontade das partes, provocador do desequilíbrio contratual, sob pena de não recebimento.
 - 3.1.1 A administração responderá sobre o pleito de que trata o item 3.1, no prazo de até 30 (trinta) dias, sujeitando-se a contratada às sanções legais, contratuais e editalícias, em caso de recusa na execução do objeto, seja qual for a quantidade.
- 3.2 Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO MAIRINCK
Estado do Paraná



Sede: Praça Otacílio Ferreira - Fone/Fax: (0xx43) 3561-1221
CNPJ 75.968.412/0001-19

fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124, da Lei Federal n.º 14.133/2021.

3.3 Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado, observando-se o seguinte:

- a) os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.
- b) A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

3.4 Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

- a) liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados;
- b) convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

3.5 Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação do contrato, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

4. Cláusula Quarta - DA ENTREGA E RECEBIMENTO DOS PRODUTOS

4.1 O objeto da presente licitação deverá ser entregue na Farmácia Municipal ou Farmácia Hospitalar do Departamento Municipal de Saúde, sito a XV de Novembro, s/n, Centro, sito a Sete de Setembro, 435, Centro, respectivamente, que será identificado no ato da solicitação de compra, na cidade de Conselheiro Mairinck/PR, durante o horário normal de expediente, das 7h30 às 11h30 e das 13h às 17h, após o recebimento da nota de empenho, em até 07 (sete) dias úteis.

4.1.1 O prazo para entrega dos produtos será de 15 (quinze) dias úteis após o recebimento da ordem de entrega, no município de Conselheiro Mairinck - PR, nos locais previamente indicados na ordem de fornecimento.

4.1.2 Os medicamentos serão recebidos da seguinte forma:

I. provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade dos produtos com a especificação;

II. definitivamente pela Comissão de Recebimento de Medicamentos, após a verificação da qualidade e quantidade dos produtos e consequente aceitação nos termos constantes da nota de empenho.

4.1.3 Caso a empresa verifique a impossibilidade de cumprir com o prazo de entrega estabelecido, deverá encaminhar a Prefeitura Municipal de Conselheiro Mairinck - PR, A/C do Setor de Compras, a solicitação de prorrogação de prazo de entrega, da qual deverão constar: os motivos do não cumprimento do prazo previsto, devidamente comprovados, e a solicitação do novo prazo para entrega.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO MAIRINCK
Estado do Paraná



Sede: Praça Otacílio Ferreira - Fone/Fax: (0xx43) 3561-1221
CNPJ 75.968.412/0001-19

4.1.4 A solicitação de prorrogação de prazo será analisada pela Prefeitura Municipal Conselheiro Mairinck - PR, pelo setor de compras, na forma da lei e de acordo com os princípios da razoabilidade e proporcionalidade, informando-se à empresa da decisão proferida.

4.1.5 Em caso de negação da prorrogação do prazo de entrega, e caso a contratada não cumpra com o prazo inicial pactuado, o fornecedor ficará sujeito às penalidades previstas nos termos do Edital e seus anexos, para o atraso de entrega dos materiais.

4.1.6 O atestado de recebimento registrado em canhoto da nota fiscal ou em documento similar, não configura o recebimento definitivo do material.

4.2 O recebimento, acompanhamento do objeto e das Notas Fiscais, assim como a fiscalização, ficará, representado neste ato pelo Sr. Leonardo Vilela da Silva, Farmacêutico, CRF/PR 25.497 ou pelo Sr. Flávio Silva, Diretor do Departamento Municipal de Saúde de Conselheiro Mairinck – Pr, cadastrado pelo CPF n.º 222.245.518-94.

4.3 Por ocasião da entrega, a Contratada deverá colher no comprovante respectivo a data, o nome, o cargo, a assinatura e o número do Registro Geral (RG) ou CPF do servidor responsável pelo recebimento.

4.4 Constatadas irregularidades no objeto contratual, a Contratante poderá:

4.4.1 Se disser respeito à especificação, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

4.4.2 Na hipótese de substituição, a Contratada deverá fazê-la em conformidade com a indicação da Administração, no prazo máximo de 7 (sete) dias, contados da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente contratado;

4.4.3 Se disser respeito à diferença de quantidade ou de partes, determinar sua complementação ou rescindir a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

4.4.4 Na hipótese de complementação, a Contratada deverá fazê-la em conformidade com a indicação da Contratante, no prazo máximo de 7 (sete) dias, contados da notificação por escrito, mantidos o preço inicialmente contratado.

4.5 O recebimento do objeto dar-se-á definitivamente no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de entrega do(s) bem(s) uma vez verificado o atendimento integral da quantidade e das especificações contratadas, mediante termo circunstanciado, firmado pelo servidor responsável, nos termos do Artigo 140, da Lei Federal n.º 14.133/2021.

4.6 Os equipamentos devem estar em sua embalagem original, com identificação completa em língua portuguesa.

5. Cláusula Quinta – DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA

5.1 Os medicamentos e materiais deverão ser entregues nos quantitativos e condições especificadas no Pedido de Licitação, devidamente acompanhado dos documentos fiscais respectivos (Nota fiscal e/ ou Fatura), e serão recebidos por servidor integrante da Comissão Permanente de Recebimento de Mercadorias, sendo que a não observância destas condições, implicará na não aceitação do mesmo, sem que caiba qualquer tipo de reclamação ou indenização por parte da inadimplente.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO MAIRINCK
Estado do Paraná



Sede: Praça Otacílio Ferreira - Fone/Fax: (0xx43) 3561-1221
CNPJ 75.968.412/0001-19

5.2 O recebimento dos medicamentos e materiais se efetivará, em conformidade com o art. 140 da Lei Federal nº 14.133/2021, inciso II, alíneas “a” e “b” do referido dispositivo e demais disposições pertinentes

5.3 A entrega dos medicamentos e materiais se dará a partir da solicitação do órgão, do Departamento Municipal de Saúde, competente para esse fim, conforme sua necessidade.

5.4 O fornecedor está vinculado a fornecer estritamente os medicamentos e materiais discriminados no Pedido Licitação, no contrato e na nota de empenho, observando, principalmente sua dosagem, sob pena de rejeição, no ato da entrega da mercadoria em desacordo com o pedido de Licitação, contrato e nota de empenho.

5.5 No caso de medicamentos ou materiais interditados pela ANVISA, estes deverão ser substituídos imediatamente por outro lote, e em outros casos específicos, substituídos por medicamento ou material com a mesma ação terapêutica e mediante análise dos técnicos do Departamento.

5.6 Os medicamentos que apresentarem recomendações preconizadas pelo fabricante sobre conservação em temperatura especial deverão ser transportados nessas condições.

5.7 A Contratada a fim de evitar a falta de materiais na Farmácia/Hospital Municipal, o fornecedor, deverá no prazo máximo de 15 (quinze) dias, contados a partir do recebimento da Autorização de Fornecimento a ser emitida pelo Departamento Municipal de Saúde, deverá fazer a entrega dos respectivos materiais, podendo este prazo ser prorrogado por mais 15 (quinze) dias mediante justificativa prévia ao vencimento do prazo estipulado.

5.8 O órgão do Departamento Municipal de Saúde responsável pelo recebimento da mercadoria deverá rejeitar os medicamentos que não observarem estritamente a dosagem discriminada no pedido de Licitação, contrato e nota de empenho.

5.9 Serão recusados os medicamentos ou materiais que não atendam às especificações constantes neste processo de compra e/ou que não estejam adequados para uso.

5.10 O fornecedor ficará obrigado a trocar, imediatamente, sem ônus para o Município, o medicamento ou material que vier a ser recusado.

5.11 Todas as despesas relativas à entrega dos medicamentos e materiais dentro do prazo estabelecido sem justificativa por escrito aceita pela Administração, sujeitar-se-á as penalidades impostas pela legislação vigente.

5.12 Relativamente ao disposto na presente cláusula, aplica-se subsidiariamente, as disposições da Lei nº 8.078/90 – Código de Defesa do Consumidor.

6. Cláusula Sexta – DOS DOCUMENTOS DO PRODUTO

6.1 Registro no Ministério da Saúde: emitida pela ANVISA, impressão perfeitamente legível da página da ANVISA. Observação: Caso o documento encontre-se vencido deve-se apresentar o protocolo do pedido de renovação.

6.2 Laudos de Controle de Qualidade: análise microbiológica e composição química. A ser enviado junto com o medicamento, no momento da entrega. O não cumprimento desta exigência implicará o não recebimento do medicamento.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO MAIRINCK
Estado do Paraná



Sede: Praça Otacílio Ferreira - Fone/Fax: (0xx43) 3561-1221
CNPJ 75.968.412/0001-19

6.3 Os materiais ofertados pelos licitantes descritos e especificados nas propostas, poderão ser iguais, similares ou superiores aos mesmos no que tangem especificações técnicas, desde que tenham os mesmos desempenhos ou desempenhos superiores aos solicitados neste documento, de modo que possam ser atendidas as expectativas da Administração Pública quanto a qualidade e procedência dos mesmos, a fim de poder prestar os serviços de atendimento médico com segurança, confiabilidade, eficiência e de maneira continuada a população assistida e usuária desta fundação.

6.4 Todos os medicamentos nacionais ou importados devem apresentar informações em língua portuguesa. Número de lote, data de fabricação, validade, nome do responsável técnico, número de registro no Ministério da Saúde. Se o produto for perecível ou não, forma de armazenamento, deve vir indicado no rótulo e ou embalagem primária.

6.5 A embalagem secundária do medicamento deverá conter Sistema de Lacre que garanta a integridade e inviolabilidade das caixas. Os insumos deverão ser entregues na embalagem original, em perfeito estado, sem sinais de violação, aderência ao produto, umidade: sem inadequação de conteúdo, nas condições de temperatura exigida em rótulo.

6.6 O produto deve ter validade igual ou superior a 75% da validade útil no momento da entrega.

6.7 O município poderá, caso julgue necessário, enviar o produto para análise em laboratório, e os custos da mesma correrão por conta da empresa vencedora da Licitação.

6.8 Caso a empresa fabricante ou o produto venha a ser interdito, a empresa vencedora deverá substituir o produto por outro com a mesma composição e descrição, devendo previamente obter a homologação do Departamento Municipal de Saúde para o produto proposto para substituição, sem custo o Município.

6.9 No caso de o produto apresentar alterações em sua composição, aspecto, etc., ou mesmo havendo denúncias provenientes dos usuários, a empresa será contatada e deverá providenciar análise do produto em laboratório oficial. No caso de discordância, o Departamento de Saúde se reserva ao direito de realizar a análise sendo que o ônus da mesma será de inteira responsabilidade do fornecedor.

6.10 Caso ocorra a necessidade de troca de marca do medicamento, o Licitante deverá entrar em contato por e-mail compras.cmk@yahoo.com ou pelo telefone 43 3561-1221.

6.11 A troca de marca de produto registrado só é deferida em casos de escassez de matéria-prima, importações, embargos aduaneiros, indeferimentos de RMS do fabricante junto a ANVISA.

6.12 Todo medicamento deve apresentar o RMS ou sua isenção.

6.13 A nota fiscal deve vir acompanhada do laudo analítico dos lotes entregues para medicamentos, emitido pelo fabricante. Este estudo deve comprovar o atendimento às especificações previstas pela farmacopeia ou códigos oficiais para o princípio ativo e forma farmacêutica. A liberação da nota fiscal para fins de pagamento estará condicionada ao atendimento dessa exigência (Portaria MS 2814 de 29/05/98).



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO MAIRINCK
Estado do Paraná



Sede: Praça Otacílio Ferreira - Fone/Fax: (0xx43) 3561-1221
CNPJ 75.968.412/0001-19

6.14 Deverá atender ao previsto na Portaria 802 do Departamento de Vigilância Sanitária do MS de 08/10/98.

6.15 Texto e demais exigências legais previstas para o cartucho, rotulagem e bula devem estar em conformidade com a legislação do Ministério da Saúde e do Código de Defesa do Consumidor.

6.16 Os medicamentos deverão ser entregues em embalagens adequadas contendo de forma visível os seguintes dizeres: “PRODUTO DESTINADO ÀS ENTIDADES PÚBLICAS” OU “PROIBIDA A VENDA PELO COMÉRCIO”.

6.17 Aceitar-se-á apenas um lote por produto. Nos casos em que as quantidades adquiridas excederem ao número de unidades fabricadas por lote, aceitar-se-á o número de lotes suficientes para o atendimento do pedido.

6.18 O recebimento de medicamentos será feito inicialmente em caráter provisório. O aceite definitivo com a liberação da Nota Fiscal para pagamento está condicionado ao atendimento das exigências contidas no presente documento.

7. Cláusula Sétima – DOS CRITÉRIOS E ACEITAÇÃO DO PRODUTO

7.1 Nome do medicamento

7.2 Os medicamentos deverão ser adquiridos de acordo com a Denominação Comum Brasileira), disponível no site www.anvisa.gov.br (art. 3º. “caput” da Lei nº. 9.787/99).

7.3 Será(ao) adquirido (s) medicamento(s): de referência e/ou genéricos e similares, conforme a prescrição médica da receita feita a cada paciente, a qual será observada no pedido feito pelo Departamento ao fornecedor.

7.4 Somente o profissional farmacêutico do Departamento Municipal de Saúde poderá substituir o medicamento prescrito pelo medicamento genérico correspondente, caso não haja restrição expressa feita pelo profissional médico prescriptor da receita (RDC nº. 016 de 02/03/07).

7.5 O fornecedor obriga-se a entregar os medicamentos solicitados pelo profissional farmacêutico do Departamento Municipal de Saúde, de acordo com a integralidade do pedido, no que se refere a classificação dos medicamentos (referência, genérico ou similar) e a sua quantidade.

8. Cláusula Oitava – DO REGISTRO SANITÁRIO

8.1 Nenhum medicamento pode ser fabricado, comercializado ou distribuído para uso, sem o devido registro na ANVISA. Medicamentos sem registro, ou com registro vencido, devem ser comunicados a Vigilância Sanitária, para o recolhimento no mercado. O prazo de validade do registro de medicamentos é de cinco anos.

8.2 O(s) medicamento(s) similar(s) deverá (ao) atender à Legislação vigente para seu registro, de acordo com a Resolução RDC nº. 133, da ANVISA.

8.3 O fornecedor deverá manter junto ao órgão regulador (Vigilância Sanitária), todos os alvarás e inspeções atualizadas.

8.4 Todos os medicamentos ou produtos, nacionais ou importados, deverão ser obrigatoriamente registrados na ANVISA. Na entrega dos mesmos deverá ser apresentado



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO MAIRINCK
Estado do Paraná



Sede: Praça Otacílio Ferreira - Fone/Fax: (0xx43) 3561-1221
CNPJ 75.968.412/0001-19

o Certificado de Registro, expedido pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária do Ministério da Saúde, de acordo com o informado na proposta de preço. Em relação aos produtos sob regime de Vigilância Sanitária que não exijam registro, deverão ser apresentados o Certificado de Dispensa de Registro.

8.5 Caso o registro esteja vencido, deverá apresentar a solicitação feita ao Ministério da Saúde, juntamente com o registro vencido. A não apresentação do registro do Ministério da Saúde e o pedido de revalidação do medicamento (protocolo) implicará a rescisão parcial ou total do contrato e aplicação de penalidade.

9. Cláusula Nona - DA EMBALAGEM/ROTULAGEM

9.1 Medicamentos não devem ser recebidos, se as embalagens apresentaram sinais de violação, aderência ao produto, umidade, ou inadequação em relação ao conteúdo, e não estiverem devidamente identificadas. Devem estar de acordo com o que estabelece a legislação vigente.

9.2 Os medicamentos a serem fornecidos, de acordo com a Portaria n.º 2.814/GM, de 29 de maio de 1998.

9.3 Os medicamentos genéricos devem apresentar na embalagem: Medicamento Genérico, dentro de uma tarja amarela e ter impressa a Lei n.º 9.787/99.

9.4 A marca dos medicamentos de referência e similar (es) deverá estar indicada no próprio produto ou em embalagem. Os genéricos deverão conter, em sua embalagem, logo abaixo do nome do princípio ativo que os identifica, uma tarja amarela com a letra "G" em destaque e a frase: "Medicamento Genérico – Lei n.º 9.787/99".

9.5 Os medicamentos com identificação em desacordo com a legislação em vigor serão rejeitados quando da sua entrega.

9.6 As embalagens externas devem apresentar as condições corretas de armazenamento do produto (temperatura, umidade, empilhamento, etc.).

9.7 As embalagens devem ser acompanhadas das respectivas bulas e o texto e demais exigências legais previstas para o cartucho, rotulagem e bula devem estar em conformidade com a legislação do Ministério da Saúde e com o Código de Defesa do Consumidor (Lei Federal n.º 8.078/90).

9.8 As embalagens primárias individuais dos medicamentos (ampolas, Blisters, strips e frascos) devem apresentar o número do lote, data de fabricação e prazo de validade.

9.9 Considerando o sistema de dispensação adotado pelo Departamento Municipal de Saúde, seguindo a Portaria n.º 212/93 e Resolução n.º 80 de 11/05/06 (dose individualizada e/ou unitária) todos os medicamentos sólidos orais (comprimidos, cápsulas e drágeas) deverão ser fornecidos, preferencialmente, com unidades individualizadas ou com embalagens fracionáveis, que permitam a individualização ou dispensação em menores quantidades sem prejuízo para a qualidade do produto".

9.10 Todos os produtos em pó liofilizado para preparo de solução injetável – frasco/ampola, deverão vir acompanhados de diluente conforme preconizado na literatura.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO MAIRINCK
Estado do Paraná



Sede: Praça Otacílio Ferreira - Fone/Fax: (0xx43) 3561-1221
CNPJ 75.968.412/0001-19

9.11 Os medicamentos que apresentarem recomendações sobre fotossensibilidade deverão ser apresentados em embalagens que proporcionem seu acondicionamento e dispensação individualizada em condições farmacológicas para consumo.

10. Cláusula Décima – DO NOME DO RESPONSÁVEL TÉCNICO

10.1 Legalmente é o único profissional responsável pela produção de medicamentos é o farmacêutico.

10.2 Deve ser observado se nas embalagens constam o nome do farmacêutico responsável pela fabricação do produto, o número do CRF, e a unidade federativa na qual está inscrito.

10.3 O registro do profissional deve ser, obrigatoriamente, da unidade federada onde a fábrica está instalada.

11. Cláusula Décima primeira - DO TRANSPORTE DOS MEDICAMENTOS

11.1 O acondicionamento e transporte dos medicamentos devem ser feitos dentro do preconizado para estes produtos e devidamente protegidos do pó e variações de temperatura. No caso de produtos termolábeis a embalagem e os controles devem ser apropriados para garantir a integridade do produto. Nesses produtos, devem-se utilizar preferencialmente fitas especiais para monitoramento de temperatura durante o transporte.

11.2 O transporte deverá obedecer a critérios adequados, de modo a não afetar a identidade, qualidade, integridade dos mesmos. Consultar legislação: Portaria nº 1052/98; e RDC 329/99 (BOAS PRÁTICAS DE ARMAZENAGEM E TRANSPORTE).

12. Cláusula Décima segunda - DA VALIDADE

12.1 Deve constar nas embalagens dos medicamentos e materiais, em conformidade com o que preconiza a legislação, na qual é estabelecida a data limite que o medicamento se mantém estável e conservando a sua eficácia terapêutica.

12.2 No ato da entrega dos medicamentos e materiais, estes só serão aceitos se estiverem com no máximo 1/4 de comprometimento de sua validade, contados da data de sua fabricação, ou seja, validade de no mínimo 75% (setenta e cinco por cento) de vida útil do produto.

13. Cláusula Décima terceira - DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES:

13.1 São obrigações da CONTRATANTE, além das previstas neste Termo, decorrentes da natureza do ajuste, as seguintes (art. 92, X, XI e XIV, da Lei Federal n.º 14.133/21):

13.1.1 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o Edital e seus Anexos (Termo de Referência, Proposta do Fornecedor e Contrato);

13.1.2 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência e Contrato;

13.1.3 Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

13.1.4 Acompanhar e fiscalizar a execução do termo e o cumprimento das obrigações assumidas pelo Contratado;



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO MAIRINCK
Estado do Paraná



Sede: Praça Otacílio Ferreira - Fone/Fax: (0xx43) 3561-1221
CNPJ 75.968.412/0001-19

13.1.5 Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021;

13.1.6 Efetuar o pagamento a Contratada do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente termo;

13.1.7 Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste termo;

13.1.8 Cientificar o órgão de representação jurídico do Município (Procuradoria Geral) para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pela Contratada;

13.1.9 Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

13.1.10 A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

13.1.11 Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

13.1.12 Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

13.1.13 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

13.1.14 A CONTRATANTE, através da fiscalização, fornecerá os endereços e roteiros de fornecimento.

13.2 São obrigações da CONTRATADA, além das previstas neste Termo, decorrentes da natureza do ajuste, as seguintes (art. 92, XIV, XVI e XVII da Lei Federal, n.º 14.133 de 2021):

13.2.1 O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes neste Termo e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

13.2.2 Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada, se for o caso;

13.2.3 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei Federal n.º 8.078, de 1990);

13.2.4 Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO MAIRINCK
Estado do Paraná



Sede: Praça Otacílio Ferreira - Fone/Fax: (0xx43) 3561-1221
CNPJ 75.968.412/0001-19

13.2.5 Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do Contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei Federal n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

13.2.6 Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do Contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou fornecimento dos materiais;

13.2.7 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

13.2.8 Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do Contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

- 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
- 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
- 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado;
- 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
- 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

13.2.9 Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do registro de preço;

13.2.10 Comunicar ao Fiscal do Contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

13.2.11 Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

13.2.12 Manter durante toda a vigência do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

13.2.13 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

13.2.14 Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

13.2.15 Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO MAIRINCK
Estado do Paraná



Sede: Praça Otacílio Ferreira - Fone/Fax: (0xx43) 3561-1221
CNPJ 75.968.412/0001-19

13.2.16 Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste Termo, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

13.2.17 Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste Termo;

13.2.18 Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

13.2.19 Os veículos e equipamentos colocados em serviço de abastecimento das mercadorias, deverão ser equipados e mantidos em perfeitas condições de segurança, funcionamento, conservação e limpeza a cargo da CONTRATADA, a fim de fornecer os materiais em perfeito estado de conservação – originais, sem qualquer dano a embalagem e ao equipamento.

13.2.20 Serão de inteira responsabilidade da CONTRATADA todas as consequências decorrentes de sinistros ocasionados durante o transporte das mercadorias.

13.2.21 Os itens serão solicitados gradativamente pela CONTRATANTE, podendo ser requisitados a qualquer momento durante a vigência do Contrato, sem limites mínimos de valores para o transporte.

13.2.22 Deverá executar a remoção, o transporte e a disposição dos materiais de modo seguro, em veículos apropriados, não podendo causar problemas a terceiros ou o descarte em vias públicas;

14. Cláusula Décima quarta - DA VIGÊNCIA

14.1 O prazo de vigência do CONTRATO será de 12 (doze) meses, contados a partir de sua assinatura, podendo ser prorrogada por igual período nos termos do Art. 84, da Lei n. 14.133/2021, desde que o preço seja vantajoso.

14.2 Os Termos – Ata de Registro de Preços e Contratos decorrentes do Sistema de Registro de Preços, poderão ser alterados, observado o disposto nos artigos 107 e 124, da Lei Federal n.º 14.133/2021.

15. Cláusula Décima quinta - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

15.1 Os pagamentos decorrentes do objeto desta licitação correrão à conta dos recursos das dotações orçamentárias desta Prefeitura, próprios da secretaria abaixo listada, prevista para este exercício, podendo ser alterados mediante termo aditivo de acréscimo de dotação orçamentaria. Sendo:

04 – Secretaria de Saúde

001 – Fundo Municipal de Saúde

10.301.0004-2019 – Manutenção Fundo Municipal de Saúde

840 – Fonte 000, 850 Fonte 303, - 3.3.90.30.00.00 – Material de Consumo



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO MAIRINCK
Estado do Paraná



Sede: Praça Otacílio Ferreira - Fone/Fax: (0xx43) 3561-1221
CNPJ 75.968.412/0001-19

04 – Secretaria de Saúde
001 – Fundo Municipal de Saúde
10.301.0004-2062 – Manutenção e Gestão Programa do SUS
1240 – Fonte 494, - 3.3.90.30.00.00 – Material de Consumo

16. Cláusula Décima sexta - DO GESTOR E DA FISCALIZAÇÃO:

16.1 A fiscalização do fornecimento do objeto contratual se dará de forma ampla e irrestrita, competindo ao gestor e ao fiscal do Contrato o seu exercício.

16.1.1 Propor ao departamento competente pela instrução, a aplicação das penalidades previstas neste Termo e na legislação, no caso de constatar irregularidades cometidas pela CONTRATADA;

16.1.2 Receber do fiscal as informações e documentos pertinentes ao fornecimento do objeto contratado;

16.1.3 Atestar as notas fiscais e encaminhá-las à unidade competente para pagamento;

16.1.4 Promover o adequado encaminhamento, à unidade competente, das ocorrências contratuais constatadas ou registradas pelo fiscal para fins de aplicação de penalidades e demais medidas pertinentes;

16.1.5 Manter controles adequados e efetivos do presente Termo sob sua gestão, do qual constarão todas as ocorrências relacionadas com a execução, inclusive o controle do saldo contratual, com base nas informações e relatórios apresentados pelo fiscal;

16.1.6 Propor medidas que melhorem a execução do presente Termo.

16.1.7 Anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com o fornecimento, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados;

16.1.8 Acompanhar e fiscalizar, dirimir as dúvidas que surgirem no curso da sua entrega e de tudo dar ciência à CONTRATADA, para o fiel fornecimento durante toda vigência do Contrato;

16.1.9 Sustar, recusar, qualquer produto que esteja em desacordo com as especificações constantes no anexo I, determinando a substituição do produto em desconformidade com o solicitado;

16.1.10 Exigir o cumprimento de todo fornecimento dos itens constante no Anexo I, do Edital, da proposta da CONTRATADA e das cláusulas deste termo;

16.1.11 A ação ou omissão, total ou parcial, da fiscalização da CONTRANTE, não elide nem diminui a responsabilidade da CONTRATADA quanto ao cumprimento das obrigações pactuadas entre as partes, responsabilizando esta quanto a quaisquer irregularidades resultantes do fornecimento inadequado ou de qualidade inferior, que não implicarão corresponsabilidade da CONTRATANTE ou do servidor designado para a fiscalização.



17. Cláusula Décima sétima - DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (ART.92,XIV):

17.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei Federal de Licitações n.º 14.133, de 2021, o contratado que:

- a. der causa à inexecução parcial do presente Termo – Ata de Registro de Preços ou no Contrato de Fornecimento;
- b. der causa à inexecução parcial do presente Termo – Ata de Registro de Preços ou no Contrato de Fornecimento que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c. der causa à inexecução total do presente Termo – Ata de Registro de Preços ou no Contrato de Fornecimento;
- d. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e. apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do presente Termo – Ata de Registro de Preços ou no Contrato de Fornecimento;
- f. praticar ato fraudulento na execução do presente Termo – Ata de Registro de Preços ou no Contrato de Fornecimento;
- g. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal n.º 12.846, de 1º de agosto de 2013;

17.2 Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

I. Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do presente Termo, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

II. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Termo, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

III. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Termo, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

IV. Multa:

1. moratória de 30% (trinta por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO MAIRINCK
Estado do Paraná



Sede: Praça Otacílio Ferreira - Fone/Fax: (0xx43) 3561-1221
CNPJ 75.968.412/0001-19

i. O atraso superior a 15 dias autoriza a Administração a promover a extinção do presente Termo – Contrato, por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

2. compensatória de 30 % (trinta por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.

17.3 A aplicação das sanções previstas neste Termo não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei Federal, n.º 14.133, de 2021).

17.4 Todas as sanções previstas neste Termo poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei Federal n.º 14.133, de 2021).

17.4.1 Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei Federal n.º 14.133, de 2021).

17.4.2 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei Federal n.º 14.133, de 2021).

17.4.3 Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 07 (sete) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

17.5 A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

17.6 Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei Federal n.º 14.133, de 2021):

17.6.1 a natureza e a gravidade da infração cometida;

17.6.2 as peculiaridades do caso concreto;

17.6.3 as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

17.6.4 os danos que dela provierem para o Contratante;

17.6.5 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

17.7 Os atos previstos como infrações administrativas na Lei Federal n.º 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei Federal n.º 12.846, de 2013, serão apurados e julgados



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO MAIRINCK
Estado do Paraná



Sede: Praça Otacílio Ferreira - Fone/Fax: (0xx43) 3561-1221
CNPJ 75.968.412/0001-19

conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei Federal n.º (art. 159).

17.8 A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei Federal n.º 14.133, de 2021).

17.9 O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei Federal n.º 14.133, de 2021).

17.10 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei Federal n.º 14.133/21.

17.11 Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo termo ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

18. Cláusula Décima oitava - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL:

18.1 O presente instrumento de registro de preços – ATA, rege-se pelas disposições expressas na Lei Federal de Licitações e Contratos Administrativos, n.º 14.133/21 e suas alterações posteriores, na Lei Federal n.º 8.078, de 11.09.1990 – Código de Defesa do Consumidor, no Código Civil Brasileiro, no Código Comercial Brasileiro e em outros referentes ao objeto, ainda que não explicitadas.

19. Cláusula Décima nona - DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO:

19.1 As partes declaram conhecer as normas de prevenção à corrupção previstas na legislação brasileira, dentre elas, a Lei de Improbidade Administrativa (Lei Federal n.º 8.429/1992), a Lei Federal n.º 12.846/2013 e seus regulamentos, se comprometem que para a execução deste contrato nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar, a quem quer que seja, aceitar ou se comprometer a aceitar, de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios indevidos de



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO MAIRINCK
Estado do Paraná



Sede: Praça Otacílio Ferreira - Fone/Fax: (0xx43) 3561-1221
CNPJ 75.968.412/0001-19

qualquer espécie, de modo fraudulento que constituam prática ilegal ou de corrupção, bem como de manipular ou fraudar o equilíbrio econômico financeiro do presente termo, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, devendo garantir, ainda que seus prepostos, administradores e colaboradores ajam da mesma forma.

20. Cláusula Vigésima - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

20.1 O presente Contrato se aplicam as seguintes disposições gerais:

20.1.1 A CONTRATADA não poderá ceder a terceiros as obrigações oriundas deste termo, sem prévio e expresse consentimento do CONTRATANTE.

20.1.2 Correrão à conta da CONTRATADA todas as despesas e encargos de natureza trabalhista, previdenciária, social ou tributária, incidentes sobre o fornecimento deste objeto.

20.1.3 A abstenção por parte do MUNICÍPIO da utilização de qualquer direitos ou faculdade que lhe assistam em razão deste termo e/ou da lei não importará em renúncia destes mesmos direitos ou faculdades que poderão ser exercidos a qualquer tempo.

20.1.4 Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 8º, §2º, da Lei Federal n.º 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto Federal n. 7.724, de 2012.

21. Cláusula Vigésima primeira - DAS ALTERAÇÕES:

21.1 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei Federal de Administração e Contratos, n.º 14.133, de 2021.

22. Cláusula Vigésima segunda - DA SUCESSÃO E DO FORO:

22.1 Fica eleito o foro da Comarca de Ibaiti/PR para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato – s, que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei Federal de Administração e Contratos, n.º 14.133/21.

Conselheiro Mairinck - Pr, em ____ de _____ de 2024.

<p>CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Conselheiro Mairinck-Pr.</p> <hr/> <p>Alex Sandro Pereira Costa Domingues Prefeito Municipal</p> <hr/> <p>Flavio Silva Diretor do Depto. Municipal de Saúde Fiscal do Contrato</p>	<p>CONTRATADA:</p> <hr/> <p>Empresa: CNPJ/MF sob nº Representante Legal: CPF:</p>
---	--



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO MAIRINCK
Estado do Paraná



Sede: Praça Otacílio Ferreira - Fone/Fax: (0xx43) 3561-1221
CNPJ 75.968.412/0001-19

Testemunhas:

01 -

Nome
CPF:

02 -

Nome:
CPF: